

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Tony Blair em Lisboa
com Durão Barroso



Pag 29

PM em Moçambique



Pag.16

A Europa, rumo à
coesão social - YEPP



Pag. 35 e 36



Conferência da Primavera em Bruxelas

Pag.31



Congresso dos TSD em Troia

Pag.10

Sobre a Profissionalização das Forças Armadas

Deputado Rui Gomes da Silva

Assembleia da República, 24 de Março de 2004



Ao pôr um ponto final no Serviço Militar Obrigatório (SMO), no próximo dia 19 de Novembro, e ao assumir a

PROFISSIONALIZAÇÃO das Forças Armadas Portuguesas (FAP) o Governo e a Maioria que o apoia assumem um importante desafio, demonstrando toda a responsabilidade e sentido de Estado para o levar a bom porto;

Estamos perante mais um passo no sentido de **constituir umas Forças Armadas para o século XXI**, melhor preparadas para enfrentar os novos desafios e melhor adaptadas às realidades entretanto emergentes na cena internacional;

(...)

Em 25 de Março de 1999, o então Ministro da Defesa Nacional, Prof. Eng. Veiga Simão, no debate na generalidade sobre a Lei do Serviço Militar, afirmava

que esta alteração “ (...) representa uma das mais profundas reformas estruturais do nosso século, com incidência nos jovens, nas famílias, em toda a sociedade portuguesa (...)”;

E é precisamente da concretização dessa reforma de que aqui se dá hoje conta;

As alterações que estão agora a ser concretizadas ficaram previstas na Revisão Constitucional de 1997 (**Lei n.º 1/97, de 20 Setembro – 4.ª Revisão da CRP**), que obrigaram a que a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas fosse adaptada aos preceitos constitucionais assim alterados;

O actual Governo conseguiu, depois de tantos anos, levar a cabo essas

as alterações;

Sabendo como dizia o então Deputado João Amaral, no debate já referido: “A passagem de um modelo de FA baseado no SMO para umas FA de profissionais e contratados representa uma profunda alteração qualitativa numa área de extrema importância para a credibilidade externa do Estado. Um salto como este exige ponderação, previsão dos efeitos do novo sistema e clara definição da resposta a dar aos problemas emergentes.”

(...)

Para nós, PSD, este é pois, **um momento de orgulho**, por sabermos estarmos a **construir um Portugal mais moderno e melhor**, também no que respeita às Forças Armadas Portuguesas.

Intervenção sobre a Família

Deputada Isménia Vieira Franco

Assembleia da República, 24 de Março de 2004

(...)

Celebra-se no corrente ano de 2004, o **décimo aniversário do Dia Internacional da Família**, proclamado por uma Decisão de 20 de Setembro de 1993 da Assembleia Geral das Nações Unidas, e comemorado pela 1ª vez em 15 de Maio de 1994.

(...)

Num sinal claro do **reconhecimento internacional da importância da problemática da família**, do seu papel no desenvolvimento equilibrado das sociedades e, portanto da necessidade dos Governos de todo o Mundo apoiarem o bem-estar das famílias, através de políticas, programas e estratégias concertadas, uma das primeiras intervenções do Secretário. Geral da ONU, Senhor Koffi Anam, neste novo Ano (em 4 de Janeiro) foi sobre a Família.



É, pois, por todos aceite, ser **NECESSÁRIO**, mais do que isso **INDISPENSÁVEL**, **apoiar o bem-**

estar das famílias, valorizar a Família, reforçando o papel da **sociedade e do Estado** na sua **protecção e assistência**, de modo à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal plena dos seus membros.

E, como disse já o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho, declaração que corroboramos na íntegra:

“O APOIO À FAMÍLIA NÃO É UMA DESPESA, MAS CONSTITUI SEMPRE UM INVESTIMENTO”.

(...)

A POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DA FAMÍLIA, tal qual consta do Programa do Governo, insere-se no vasto conjunto de outras medidas, que visam a promoção da família, já levadas a cabo no âmbito do desenvolvimento das atribuições e competências do Ministério dos Assuntos

Sociais e do Trabalho, e que revelam a preocupação do Governo com os valores da promoção da família, num caminho de conciliação de **rigor e generosidade, sensibilidade social e responsabilidade, exigência e solidariedade**.

(...)

E, por fim mas não menos importante, os **100 Compromissos para uma política da Família**, documento anunciado há dois dias pelo 1º Ministro de Portugal, na sessão comemorativa do X Aniversário do Ano Internacional da Família.

Com a certeza de que muito já foi feito, temos no entanto consciência, de que **muito caminho há ainda para percorrer, na afirmação da importância insubstituível da Família como célula fundamental da sociedade**.

(...)

Agendamento

Terça-Feira, dia 30 de Março de 2004-15:00h

Proposta de Lei n.º 116/IX (GOV)
(Aprova o regime jurídico aplicável à realização de ensaios clínicos com medicamentos de uso humano)

Projecto de Lei n.º 415/IX (PCP)
(Aprova o Estatuto do Bolseiro de Investigação)

Quarta-Feira, dia 31 de Março de 2004-15:00h

Debate de Urgência, proposto pelo PS
(Sobre o Aeroporto da OTA)

Proposta de Resolução n.º44/IX(GOV)
(Aprova, a Decisão do Conselho, reunido ao nível dos Chefes de Estado ou de Governo, de 21 de Março de 2003, relativa a uma alteração do n.º2 do artigo 10º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu)

Proposta de Resolução n.º57/IX(GOV)

(Aprova, o acordo sobre a participação da República Checa, da Estónia, do Chipre, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, da República de Malta, da Polónia, da Eslovénia e da República Eslovaca no Espaço Económico Europeu)

Quinta-Feira, dia 1 de Abril de 2004-15:00h

Interpelação ao Governo, proposto pelo BE
(Sobre Política Externa)
VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 2 de Abril de 2004-10:00h

Proposta de Lei n.º113/IX(GOV)
(Estabelece o regime e os princípios da acção do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção das artes e actividades cinematográficas e do audiovisual),
Petições



Intervenção sobre o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça ao contexto extraordinário da fase final do Euro 2004

Deputado Hugo Velosa

Assembleia da República, 24 de Março de 2004



(...)

Desde a sua posse, que a **Segurança no Euro 2004 é, para o Governo, uma prioridade.**

É bom recordar que foi este Governo que criou em Julho de 2002 a **“Comissão de Segurança para o Euro 2004”** e aprovou a macro estrutura de Segurança do mesmo evento. Ou seja, pouco depois da sua posse concretizou o meio principal para assegurar esta sua prioridade, a Segurança.

(...)

O Euro 2004 é um evento de inegável interesse nacional, quer devido à sua importância desportiva, quer sobretudo porque se trata de uma oportunidade única para ser projectada uma boa imagem de Portugal.

O êxito do Euro 2004, para além do sucesso desportivo, está também ligado à ideia de que Portugal é um País seguro para organizar estes eventos!

(...)

A consequência necessária do previsível aumento da violência e das alterações da ordem pública é o

aumento extraordinário previsto de ocorrências e de processos, sobretudo na área criminal.

São conhecidas, em situações normais, as dificuldades e a morosidade em processos, nomeadamente, os Sumários.

Daí que a Proposta preveja medidas legislativas extraordinárias, processuais e extraprocessuais, que visam maior celeridade no funcionamento da Justiça, desde o fim-de-semana anterior ao Euro 2004 e o fim-de-semana posterior ao seu termo.

Este **regime temporário e extraordinário** contém, em primeiro lugar, normas que visam a celeridade processual na **“organização e funcionamento dos Tribunais”** com **incidência no processo penal sumário.**

Ou seja:

Os **Tribunais funcionarão nos dias não úteis para serviço urgente**, sobretudo na área criminal, face ao previsível acréscimo da pequena e média criminalidade urbana, susceptível de ser resolvida em processo sumário e com as também previsíveis detenções de grupos de pessoas.

A opção foi a do **regime de turno nas sedes dos Tribunais de Círculo**, que têm melhores condições e estruturas de apoio, sendo certo que as cidades onde se disputam os jogos são todas sedes de círculos judiciais.

(...)

Ainda na área da celeridade judicial a Proposta prevê o **reforço extraordinário de Magistrados judiciais e do Ministério Público e de funcionários**, a articulação das

forças e serviços de segurança com os Tribunais, atribuindo-se um papel acrescido ao Ministério Público e, por fim, adoptam-se procedimentos agilizados da administração enquanto interlocutora dos Tribunais.

(...)

Mas a Proposta de Lei vai além da previsão de celeridade processual: **É criada a medida de coacção de interdição de acesso a recintos desportivos e prevêem-se medidas eficazes e céleres de afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.**

Estas medidas só se poderão concretizar se houver, como se prevê no diploma, uma articulação eficiente entre os Tribunais, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, os Serviços congéneres e Serviços de Segurança, companhias aéreas, entidades portuárias e aeroportuárias.

De notar que o Governo na sua Proposta propõe medidas extraordinárias com a salvaguarda dos direitos emergentes dos diplomatas aplicáveis, nomeadamente a cidadãos oriundos de Países da União Europeia, ou seja, em que a expulsão deve fundamentar-se no disposto nos artigos 12º e 13º do Decreto-lei nº 60/93, de 3 de Março.

Só a autoridade judicial pode ordenar a expulsão do território nacional, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 33º da Constituição da República Portuguesa, pelo que se prevêem na Proposta de Lei a **conjugação do exercício da acção penal com procedimentos mais ágeis da expulsão e afastamento voluntário, não havendo lugar a**

adiamento de audiência de julgamento.

Nesta matéria são ainda criados espaços equivalentes a centros de instalação temporária.

(...)

O diploma prevê também:

a) Normas para uso de meios de vigilância em locais públicos;

b) Normas que permitem revistas pessoais de prevenção e segurança nos transportes colectivos para deslocação dos adeptos aos recintos desportivos;

c) Normas que suspendem a permissão e autorização de acesso aos recintos desportivos dos titulares de cartão e livre-trânsito.

Este diploma e a Proposta de Lei nº 117/IX, que acabou de ser discutida, constituirão o quadro normativo fundamental para o êxito do Euro 2004 em matéria de segurança e de prevenção da violência.

(...)

Um evento como o Euro 2004 não deve ser, no nosso entendimento, uma arma de arremesso político.

Está em causa a segurança das pessoas e a imagem do País.

O diploma em discussão é adequado aos objectivos visados e respeita os direitos processuais e substanciais dos cidadãos nacionais e estrangeiros.

O Governo, com a aprovação desta Proposta de Lei, dá mais um passo seguro no sucesso do Euro 2004, fazendo com que o Europeu de Futebol seja sobretudo um êxito para Portugal.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Sobre o subsídio de Educação Especial

Deputados Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre a ligação do MARL à variante à EN 10 pela EN 115-5

Deputado Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e ao Ministério das Finanças

Sobre a Remodelação do Nó de Alverca sobre a A1 – Auto-Estrada do Norte

Deputado Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre o Itinerário Complementar nº2

Deputado Gonçalo Breda Marques

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Sobre a Escola Infante D. Henrique

Deputados Fernando Pedro Moutinho e outros

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o antigo Hospital da Flamenga em Vialonga - Perspectivas futuras

Deputado Fernando Pedro Moutinho

Observatório

Manipulações e garantias

É como se tivesse havido um acerto entre a ETA e essa gente, pondo-se rapidamente de pé uma máquina manipulatória para acusar o Governo.

Vasco Graça Moura, *Diário de Notícias*, 24/03/04

As Musas

Considero uma injustiça haver uma Casa Fernando Pessoa em Lisboa e não haver uma casa dedicada a Eça de Queirós. Também concordo que será bonito haver uma casa dedicada a Cesário Verde.

Pedro Santana Lopes, *Diário de Notícias*, 25/03/04

O terrorismo deles é o nosso niilismo

Se o terrorismo da Al-Qaeda nos interpela como niilismo, não é possível “falar com ele”, “explicá-lo”, “justificá-lo”, sem corroermos os fundamentos do nosso próprio modo de pensar.

Pacheco Pereira, *Público*, 25/03/04

Conselho de Ministros

O habitual Conselho de Ministros da semana passada, decorreu no dia 23, na Presidência do Conselho, tendo sido aprovados 14 diplomas. No final do Conselho, o Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, alertou para a necessidade de existir um amplo consenso em relação a qualquer medida para combater a abstenção nas eleições europeias de Junho.

“Comungamos, subscrevemos e apoiamos quaisquer ideias para combater a abstenção. Mas tem de haver um amplíssimo consenso”, sublinhou Morais Sarmiento.

Em declarações aos jornalistas, o Ministro da Presidência afirmou que a proposta para prolongar o funcionamento das urnas no dia das eleições para o Parlamento Europeu, “não foi abordada” na reunião de ministros.

“Não está ainda definida uma decisão”, frisou Nuno Morais Sarmiento.

A possibilidade de alargar o funcionamento das mesas de voto para além das 19:00 horas no dia das eleições europeias tem sido ventilada na sequência de sondagens, que apontam para uma taxa de abstenção muito elevada nas europeias situação motivada pelo facto do escrutínio decorrer no Verão e em pleno Campeonato Europeu de Futebol (Euro2004).

Escusando-se a comentar outras propostas, o Ministro da Presidência sublinhou, no entanto, que o Governo “tem todo o interesse” em encontrar uma solução para combater os níveis de abstenção.

“Não há qualquer proposta à qual estejamos, à partida, fechados”, concluiu Nuno Morais Sarmiento. Quanto aos diplomas, aprovados, são os seguintes:

Cooperação Jurídica e Judiciária entre Portugal Cabo Verde

Uma Proposta de Resolução aprova o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado na Praia, em 2 de Dezembro de 2003.

O presente Acordo privilegia os contactos directos entre tribunais ou entre autoridades centrais, agilizando todos os pedidos de cooperação, contempla a utilização de novas tecnologias para transmissão ou recepção dos pedidos de cooperação (videoconferência, transmissão de actos e documentos por via electrónica, etc.) e incide sobre matérias não reguladas pelo Acordo anterior, de 1976, como a transferência de pessoas condenadas, ou aprofunda outras que se encontravam reguladas de forma insuficiente (extradição, auxílio judiciário mútuo em matéria penal, cooperação judiciária em matéria civil, entre outras). O Acordo vai ainda potenciar a reinserção social dos reclusos, ao possibilitar o cumprimento de pena em ambiente de proximidade familiar.

Poluentes Orgânicos Persistentes

Aprovada por Decreto a Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adoptada em Estocolmo, em 22 de Maio de 2001.

A presente Convenção constitui um instrumento jurídico com fortes implicações no bem-estar das gerações presentes e futuras e no ambiente global.

Os poluentes orgânicos persistentes são substâncias químicas que persistem no ambiente e que, devido ao facto de serem bioacumuláveis através da cadeia alimentar, constituem um risco de efeitos adversos para a saúde humana e para o ambiente.

A crescente evidência dos seus efeitos transfronteiriços, ao serem detectados em regiões do mundo onde nunca foram produzidos ou utilizados, e o facto de constituírem, por isso, ameaça séria para o ambiente global, levou a comunidade internacional a adoptar medidas destinadas a garantir a redução ou eliminação da sua libertação para o ambiente.

O Governo entendeu, pois, que Portugal deve proceder à aprovação do presente instrumento jurídico internacional, pelo facto de este versar matéria de grande actualidade e importância, em matéria de saúde pública e de protecção do ambiente.

Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar

Aprovado um Decreto-Lei que regulamenta a aplicação da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS 74) e o respectivo Protocolo.

Decorrendo, expressamente, do disposto na alínea b) do artigo 1.º da

Convenção SOLAS 74 que aos Governos Contratantes compete tomar todas as medidas necessárias, de carácter legislativo ou de outra natureza, com vista a possibilitar a aplicação dos normativos convencionais nos respectivos países, o Governo português, apesar da Convenção vigorar desde 1980, não procedeu de imediato à sua regulamentação através de diploma próprio. Tal não aconteceu, por um lado, porque as leis orgânicas dos organismos com vocação para administrar a Convenção continham disposições nesse sentido e, por outro, porque era reduzida a frota de navios de bandeira portuguesa abrangidos pela Convenção.

Paralelamente, o reforço do controlo dos navios pelo estado do porto (Port State Control) aconselha a que seja prevista a possibilidade de acções de fiscalização aos navios no seguimento de tal controlo, no sentido de evitar situações que possam pôr em causa o prestígio da nossa bandeira.

Assim, com o objectivo de aumentar a segurança de embarcações nacionais não abrangidas pela Convenção e estender a aplicação das regras constantes do Anexo à Convenção às embarcações nacionais que efectuem viagens entre portos do Continente e das Regiões Autónomas e entre portos destas Regiões, o Governo aprovou agora este Decreto-Lei tendo em vista não só precisar quais as entidades intervenientes no processo de certificação, mas também reforçar a capacidade de fiscalização técnica das condições de segurança dos navios, no sentido de levar os armadores a praticar níveis de segurança que afastem a possibilidade de eventual detenção desses navios.

Bússolas em navios pequenos e ribeirinhos

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 51/97, de 1 de Março, que estabelece o regime de aprovação das agulhas magnéticas a utilizar a bordo das embarcações nacionais, bem como da instalação da compensação e da emissão dos correspondentes certificados.

A experiência tem vindo a revelar a existência de embarcações nacionais que, de acordo com as condições e locais em que operam e das suas dimensões, podem ser dispensadas da instalação e utilização de agulhas magnéticas e equipamentos complementares, sem contudo ficarem minimamente prejudicadas as normais condições de segurança das mesmas.

Tal é o que sucede com certas embarcações que operem exclusivamente dentro dos portos, rios ou rias, e que não se afastam mais de um quarto de milha das suas margens.

Tendo em vista a concretização legal deste objectivo, o Governo aprovou, pelo presente Decreto-Lei, alterações ao Decreto-Lei n.º 51/97, dispensando de estarem equipadas com agulhas de governo e dispositivos que permitam efectuar marcações azimutais, as embarcações de arqueação bruta inferior a 15, desde que operem dentro de portos, rios ou rias, e as embarcações de arqueação bruta igual ou superior a 15 que, operando nos mesmos locais, não se afastem mais de um quarto de milha.

Conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário

Uma Resolução do Conselho nomeia o conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF).

Este diploma nomeia, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, para um mandato de três anos, o Dr. António Brito da Silva para o cargo de presidente do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário e os Drs. Maria Paula Barral Carloto de Castro e Jorge Andrade Martins para os cargos de vogais do mesmo conselho de administração.

Resíduos activos de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas

Um Decreto-Lei altera e aprova alguns limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, incluindo frutos, hortícolas e cereais, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas 2003/113/CE, 2003/118/CE e 2004/2/CE da Comissão, respectivamente, de 3 de Dezembro de 2003, de 5 de Dezembro de 2003 e de 9 de Janeiro de 2004, na parte respeitante aos produtos agrícolas de origem vegetal.

O estabelecimento de limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, incluindo frutos, hortícolas e cereais, propicia à agricultura nacional

Conselho de Ministros

o acesso a produtos mais seguros para o consumidor, contribuindo, deste modo, para uma mais eficaz política de saúde e segurança alimentar.

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 321/2002, de 31 de Dezembro, que cria o Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado (FRRC).

As alterações introduzidas visam, por um lado, alargar o âmbito de intervenção deste Fundo, de modo a contribuir para o repovoamento, modernização do tecido comercial, valorização dos monumentos, reabilitação dos espaços de fruição colectiva e dinamização artística e cultural do Chiado e, por outro lado, tornar o funcionamento do FRRC mais flexível e a sua intervenção mais eficaz.

Urbanização da Quinta do Lago

Uma Resolução do Conselho de Ministros revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2003, de 8 de Outubro, na parte que ratifica o artigo 13.º do Regulamento do Plano de Urbanização da Quinta do Lago - UOP 5, e procede a nova ratificação daquele artigo.

Por lapso, o artigo 13.º do Regulamento do Plano de Urbanização da Quinta do Lago não corresponde à versão aprovada, na altura, pela Assembleia Municipal. Importa, pois, ratificar agora, através da presente Resolução, a versão efectivamente aprovada por aquele órgão deliberativo da Câmara Municipal de Loulé.

Plano de Pormenor de Vale do Lobo

Por Resolução do Conselho é ratificado o Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3, no município de Loulé.

Esta Resolução aprova o Plano de Pormenor de Vale do Lobo 3, que foi elaborado em cumprimento do Despacho Conjunto MPAT/MARN/SEC, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 28 de Outubro de 1995, para enquadrar a fase 12 do empreendimento turístico de Vale do Lobo, reconhecido de interesse público por aquele mesmo despacho.

Vigência das medidas preventivas estabelecidas para o município de Lagos

Uma Resolução do Conselho ratifica a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas para o município de Lagos.

Caducando as medidas preventivas, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2002, em 10 de Abril de 2004 e não se encontrando ainda concluída a elaboração dos Planos de Urbanização da Meia Praia e da vila da Luz, razão que conduziu ao estabelecimento das referidas medidas preventivas, torna-se imperioso a prorrogação, por mais um ano, do prazo de vigência das mesmas nos termos legais, de forma a dar cumprimento aos objectivos que determinaram o seu estabelecimento inicial.

Também por resolução do Conselho:

Por Resolução do Conselho é ratificada parcialmente a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas para o município de Lagos, ratificadas pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 80/2002, de 11 de Abril e 82/2002, de 12 de Abril.



O Governo resolveu ratificar parcialmente a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas, já ratificadas pelas Resoluções de Conselho de Ministros n.ºs 80/2002 e 82/2002, por mais um ano, a partir de 12 de Abril de 2004, com excepção das medidas preventivas para a área de intervenção do Plano de Pormenor de Odiáxere, cuja intenção de elaboração pela Câmara Municipal de Lagos foi abandonada.

Contratos de garantia financeira

Um Decreto-Lei aprova o regime jurídico dos contratos de garantia financeira e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2002/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Junho de 2002, relativa aos acordos de garantia financeira.

O presente diploma consagra, entre nós, o contrato de garantia financeira, que pode revestir tanto a modalidade de alienação fiduciária em garantia como a de penhor financeiro, consoante implique, ou não, a transmissão da propriedade do objecto da garantia para o respectivo beneficiário.

Limite de entrada de trabalhadores de países terceiros à UE

Uma Resolução do Conselho fixa, para o ano de 2004, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, o limite de entrada de trabalhadores, que não tenham a nacionalidade de um Estado-Membro da União Europeia, em território nacional.

A presente Resolução aprova o relatório de previsão de oportunidades de trabalho previsto pelo Decreto-Lei n.º 244/98, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, determinando que a admissão de trabalhadores que não tenham a nacionalidade de um Estado-Membro da União Europeia em território nacional, durante o ano de 2004, será feita de acordo com as necessidades de mão-de-obra, por sector de actividade.

O projecto prevê, ainda, que, na execução e cumprimento da admissão dos trabalhadores, e sem prejuízo do regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 244/98, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, e respectiva regulamentação, atender-se-á, preferencialmente, e de acordo com as orientações e recomendações da União Europeia em matéria de política de imigração, aos institutos da reunião familiar e aos acordos bilaterais com os países de origem.

Conselho directivo da Entidade Reguladora da Saúde

Uma Resolução do Conselho nomeia o conselho directivo da Entidade Reguladora da Saúde.

O Programa do Governo elegeu, como um dos seus principais objectivos programáticos, a criação de uma autoridade reguladora específica para o sector da saúde, o que veio a consubstanciar-se pelo Decreto-Lei n.º 309/2003, de 10 de Dezembro.

Agora, pela presente Resolução, o Governo nomeia, sob proposta do Ministro da Saúde, o Prof. Doutor Rui Manuel Lopes Nunes, para o cargo de presidente do conselho directivo da Entidade Reguladora da Saúde, e os Drs. José Joaquim Cordeiro Tavares e Paulo Alexandre Videira Pinheiro de Freitas, como vogais do mesmo conselho directivo.

De Lisboa

Manuela Ferreira Leite em debate promovido pela Distrital do PSD

A distrital de Lisboa do PSD, promoveu no início deste mês um debate público de esclarecimento, centrado no pacto de estabilidade e crescimento, ao qual esteve presente, com intervenção e resposta a perguntas, a Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite.

A ministra lembrou que, actualmente, o governo português, como aliás, todos os governos da UE, após a implantação do Euro, está quase sem instrumentos de política para estimular o crescimento da economia, um dos quais, como é sabido, era a desvalorização da moeda, como estimulante dos sectores ligados à exportação.

Em relação ao estado actual das finanças e da economia de Portugal, Manuela Ferreira Leite disse que “esta é a primeira vez que se está a procurar fazer crescer a economia em [regime de] moeda única”.

Depois de confessar a sua “inveja” pelos anos, mencionados pelos convidados Ernâni Lopes e Medina Carreira, em que a economia crescia a 10 e 11 por cento ao ano, Manuela Ferreira Leite acrescentou que “em moeda única, as possibilidades de fazer subir a economia são mais limitadas”.

Em todo o caso e além da intervenção do Executivo, a ministra considerou que o “grande problema de Portugal é a falta de competitividade”.

Com o pressuposto de que “em economia global só sobrevive quem for competitivo”, a Ministra das Finanças concluiu que o crescimento está dependente de conseguir competitividade, sob pena de se ficar “definitivamente votado ao fracasso”.

No entanto, Manuela Ferreira



Leite lembrou que “os instrumentos de acção do Governo são reduzidos” e que um deles é a política orçamental, cuja aplicação actual a ministra das Finanças defendeu, para em seguida considerar que os portugueses têm estado “a viver e consumir acima das suas possibilidades”, o que tornou “inevitável” o ajustamento da economia, neste caso a redução da procura interna, relativa ao Estado, às famílias e às empresas.

O facto da economia portuguesa integrar uma união monetária, ao pertencer à Zona Euro, provoca que um “efeito colateral” da correcção é o aumento do desemprego, uma vez que o país deixou de poder desvalorizar a sua moeda.

Esta, disse, “é a grande lição” do ajustamento, afirmou.

Assim, para Manuela Ferreira Leite, “... a pergunta a fazer não é “sem

este tratamento [política de contenção] o desemprego não seria mais baixo?”, mas antes “se não se fizesse este ajustamento qual seria o nível de desemprego dentro de meia dúzia de anos?”.

Subjacente está o entendimento de que quanto mais tarde fosse realizado o ajustamento, mais violento seria.

A ministra das Finanças defendeu o pacto de Estabilidade e Crescimento e manifestou dúvidas e receios quanto à sua revisão porque, justificou, “os que eu vejo a defendê-la pretendem aumentar a despesa”.

A terminar, a ministra notou, ainda, que um dos problemas graves, associados inevitavelmente ao “laxismo orçamental”, é que este conduz ao aumento da taxa de juro.

A Câmara anula permuta de terrenos da Feira

Popular e fará plano pormenor para o Parque Meyer

No passado dia 15, a Câmara de Lisboa, por não ter conseguido chegar a acordo com a proprietária do Parque Mayer (Bragaparcos) quanto ao valor dos terrenos junto à Avenida da Liberdade, decidiu anular a proposta de permuta dos terrenos do Parque Mayer pelos da Feira Popular e elaborar um Plano de Pormenor para o Parque Mayer, com base nos conceitos do arquitecto Frank Gehry.

Sem acordo à vista, a autarquia decidiu também hoje transferir para a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) a responsabilidade pela requalificação do Parque Mayer, através da elaboração dos termos de referência e de um Plano de Pormenor, instrumento até agora inexistente mas obrigatório por lei.

A elaboração do Plano de Pormenor, terá por base o “master concept design do arquitecto Frank Gehry”, anunciou Santana Lopes, garantindo que não será esquecido o projecto que está a ser elaborado pelo célebre.

“A EPUL deverá agora preparar a requalificação do Parque Mayer”, e se não houver acordo com a Braga Parques, poderá haver expropriações que não poderão dar lugar a habitação e escritórios, mas para equipamentos culturais”, e o projecto do Parque Mayer terá sempre a assinatura de Gehry.

Fonte: Lusa

Vila Franca de Xira

Vereador do PSD apresenta moção sobre Tribunal de Justiça

Rui Rei, vereador pelo PSD na Câmara de Vila Franca de Xira, apresentou uma moção sobre o Palácio da Justiça actual, em que considera que este edifício, construído em 1964, com uma arquitectura moderna e funcional para a altura, alterou a fisionomia da rua Alves Redol e da própria cidade e constituiu uma melhoria significativa para os funcionários e Magistrados.

Neste momento, passados 40 anos, com a evolução da sociedade e do Município, foi-se tornando cada vez mais estrangulado e menos funcional e operativo. Assim, 9 Juizes dispõem de 2 salas de julgamento, e o avolumar dos processos exige capacidade e espaço para o funcionamento e para o arquivo de processo.

Estas limitações funcionais e operativas colocam em causa a decisão atempada dos processos, assim como não dignifica o trabalho de funcionários e Magistrados e impõe condições de trabalho que não se adequam com a quantidade de processos e com o elevado número de utentes

do Palácio da Justiça.

E o vereador do PSD afirma: «Na década de 90 o Ministério da Justiça decidiu avançar para a construção de um novo Palácio da Justiça, inscrevendo verbas no Plano de Investimentos da Administração Central, PIDDAC.

«A concretização deste projecto de construção do novo Palácio da Justiça que irá dignificar a Cidade, a Freguesia e o Município, depende em grande parte da disponibilidade de terreno por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a enquadrar em planos urbanísticos e de ordenamento do Concelho.

«A não concretização do projecto pode levar o Município a perder para outros Concelhos o Palácio da Justiça, assim como perder a importância que detém no foro judicial, como sede de Comarca, e de acolher uma actividade de elevada dignidade que enobrece o Concelho, a Freguesia e a Cidade onde se integra».



Notícias dos Açores

Visita de trabalho de Victor Cruz às zonas açorianas mais carenciadas



Na sua visita de trabalho a todas as ilhas açorianas, que especialmente têm destacado as comunidades com maiores necessidades e dificuldades, o Presidente do PSD/Açores, Victor Cruz deslocou-se à ilha do Pico, e na oportunidade de uma visita de trabalho aos Centros de Saúde de S. Roque, Lajes e Madalena declarou que o próximo Governo Regional liderado pelo PSD “vai criar cuidados de saúde diferenciados” na Ilha do Pico, com a implementação de diferentes especialidades médicas.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional considerou que os picoenses “ambicionam ter acesso a cuidados de saúde diferenciados”, e por isso, propõe-se “criar as estruturas físicas adequadas” e “assegurar os recursos humanos necessários” para a prestação de cuidados em áreas como Cirurgia Geral, Obstetria, Ginecologia, Pediatria, Oftalmologia e Psiquiatria. “Este será um passo qualitativo muito

importante para a Saúde no Pico”, assegurou Victor Cruz.

A implementação dos novos cuidados de saúde na Ilha do Pico, por parte de um Governo liderado pelo PSD, terá por base a realização de um “estudo responsável e coerente sobre as necessidades locais e as soluções apropriadas”. Segundo Victor Cruz, “o PSD subordinará as questões políticas à vertente técnica, para dar um verdadeiro passo em frente na concretização deste anseio, antigo e legítimo, das populações picoenses”.

No final da sua visita ao Centro de Saúde de S. Roque do Pico, o líder social-democrata anunciou que o seu Partido “já se encontra a preparar a concretização deste objectivo”, designadamente, no âmbito da constituição de Grupos de Trabalho temáticos, que “envolvem o contributo de diversos especialistas”. Victor Cruz manifestou-se “determinado” em resolver este “problema antigo” da Ilha do Pico,

considerando que os picoenses “já estão cansados de verem as suas expectativas goradas na área da saúde”.

No dia 16, o candidato do PSD a Presidente do Governo Regional dos Açores esteve na Madalena do Pico, onde assumiu o compromisso de “reforçar os apoios” às bandas filarmónicas de todas as ilhas açorianas, “tanto para instrumental e fardamento, como para investimentos nas suas sedes, em intercâmbios e na edição de registos discográficos”.

Encontro com a Federação das Bandas Filarmónicas



No final de um encontro com a Federação de Bandas Filarmónicas das Ilhas do Ocidente, que representa cerca de 60% das 100 bandas açorianas, Victor Cruz salientou a “importância social e cultural” das diferentes sociedades musicais nas nossas pequenas comunidades insulares, como “meio de promoção de cultura e fonte de relacionamento saudável entre as populações, mas também como escolas de música e de vida para muitos dos jovens açorianos”.

Só no Pico, existem actualmente 13 bandas filarmónicas, que movimentam mais de 700 músicos, numa ilha com cerca de 15 mil residentes nas 17 freguesias dos três concelhos. Para Victor Cruz, o dinamismo dos músicos picoenses, comum à generalidade das ilhas açorianas, “impõe a adopção de uma política cultural que privilegie a preservação e o desenvolvimento da nossa cultura popular”.

O líder social-democrata comprometeu-se também a

salvaguardar a aplicação aos Açores da legislação nacional que prevê que as filarmónicas portuguesas possam ser reembolsadas do IVA suportado com a aquisição de fardamento e instrumental. Consciente das dificuldades enfrentadas neste domínio a nível regional, Victor Cruz manifestou a sua “disponibilidade para influenciar, se necessário”, uma alteração ao respectivo diploma de regulamentação, “para que seja clarificada a forma das filarmónicas dos Açores acederem aos apoios instituídos”.

Por outro lado, o decreto legislativo regional que prevê o regime de dispensas do serviço efectivo de funções, por períodos

limitados, para participação em actividades sociais, culturais, associativas e desportivas, mereceu igualmente a devida atenção de Victor Cruz no seu encontro com a Federação de Bandas Filarmónicas sediada na Madalena do Pico.

Victor Cruz defendeu uma alteração legislativa no sentido de permitir que os funcionários da Administração Central nos Açores possam usufruir das mesmas regalias de dispensa para participação em actividades culturais, sociais e associativas que beneficiam os que participam em eventos desportivos ou que pertençam à Administração Regional Autónoma.

Finalmente, o candidato social-democrata manifestou-se também favorável a dotar a Federação de Bandas Filarmónicas com competências e meios para a realização de acções de formação para instrumentos de sopro, regentes e dirigentes associativos, através da celebração de Contratos de Cooperação Financeira Directa. A



Notícias dos Açores (Conclusão)

Sociedades locais de desenvolvimento e revitalização das pequenas comunidades

medida justifica-se, na opinião de Victor Cruz, “por ser esta a entidade que se encontra mais próxima das filarmónicas e que conhece melhor as suas necessidades e expectativas”.

Sociedades de desenvolvimento, uma prioridade

No âmbito desta visita de três dias à Ilha do Pico, Victor Cruz presidiu na noite de dia 15, na vila das Lajes, a uma sessão social-democrata que reuniu largas dezenas de militantes e dirigentes locais dos três concelhos picocenses. O líder do PSD assegurou que os açorianos “acreditam na mudança” e que esse “sentimento de vitória é cada vez mais perceptível” nos sucessivos contactos populares que tem vindo a desenvolver pelas mais diversas localidades açorianas.

Em todas as ilhas, disse, “estamos afirmando um novo estilo de governação” que “vai oferecer aos açorianos melhores oportunidades de investimento ao longo dos próximos anos”, afirmou Victor Cruz, para reafirmar o seu projecto de criação das Sociedades de Desenvolvimento Regional e Local. Esta iniciativa, na sua opinião, será “especialmente importante” para as ilhas que registam uma tendência de decréscimo populacional, como o Pico, na medida em que assegura novas condições de investimento público-privado e de cooperação para o desenvolvimento.

O candidato a Presidente do Governo Regional explicou que uma Sociedade de Desenvolvimento na Ilha do Pico permitirá conjugar esforços entre os poderes regional e local e envolver a iniciativa privada, “possibilitando a concretização de projectos de interesse comum que cada entidade, por si só, dificilmente conseguiria assegurar”. A construção de portos de recreio da Ilha do Pico, para dinamização do turismo nos três concelhos, foi um exemplo avançado por Victor Cruz na perspectiva do modelo que defende de cooperação institucional.

O líder social-democrata concluiu a sua deslocação ao Pico reafirmando a “grande motivação e dinâmica que se verifica no PSD e no seio da sociedade açoriana em torno de um projecto alternativo para a governação dos Açores nos próximos anos”. Durante a sua permanência na “Ilha Montanha”, Victor Cruz assistiu à inauguração das bancadas do Campo Municipal da Madalena, visitou o Centro



Multimédia da Câmara Municipal de S. Roque, os Centros de Saúde dos três concelhos, a unidade industrial da Cofaco e a Cooperativa Vitivinícola, dedicando ainda especial atenção ao contacto pessoal com as diversas comunidades picocenses

No Concelho do Nordeste

Na continuação da sua viagem de trabalho, após a permanência no Pico, foi a vez do Concelho do Nordeste, iniciando o seu périplo pela freguesia da Salga, onde assumiu o compromisso de “dedicar mais atenção aos concelhos mais pequenos e afastados das nossas ilhas”, se for o próximo Presidente do Governo Regional.

Nordeste, Povoação, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Calheta de S. Jorge, S. Roque do Pico, Santa Cruz e Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo são concelhos açorianos que registam actualmente uma população inferior a cinco mil habitantes. A sua “tendência preocupante de envelhecimento e desertificação”, na opinião de Victor Cruz, “tem que ser contrariada com a criação de melhores condições de vida”.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional manifestou-se “determinado em apostar fortemente na revitalização das pequenas comunidades açorianas” e garantiu que o seu projecto de criação de Sociedades de Desenvolvimento em diferentes ilhas dos Açores “dará resposta adequada às necessidades locais de

investimento público e privado”, apostando na cooperação entre os poderes governamental e autárquico e os agentes económicos.

A escolha do concelho do Nordeste para a primeira visita de Victor Cruz depois de formalizada a Coligação Açores “já é um sinal evidente desta aposta no desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas e concelhos da Região”. O líder da coligação eleitoral PSD/CDS-PP assegurou que, se os açorianos o escolherem, “o próximo Presidente do Governo permanecerá mais tempo em contacto directo e pessoal com as diferentes realidades locais dos Açores”.

Victor Cruz afirmou que, “amanhã no Governo, como hoje na oposição”, privilegia uma “política de proximidade com as populações”. “Há muitos açorianos com necessidades básicas ao nível da habitação, por exemplo, e isso resulta claro para quem está junto do povo e ouve as pessoas”, afirmou.

Durante os contactos que manteve com a população nordestense, o candidato ouviu “muitas críticas por falta de apoios e muita gente desiludida com o incumprimento de promessas por parte do governo”. No Nordeste, concluiu, “ninguém vê o governo nem o que o governo prometeu”. Para Victor Cruz, “ou se muda de governo e o Nordeste anda para a frente ou então, ficando o actual governo, fica o Nordeste na mesma”.

No seu primeiro dia de visita ao concelho do Nordeste, Victor Cruz desenvolveu inúmeros contactos populares nas freguesias de Salga, Achada, Achadinha, Santana e

Algarvia. O segundo dia do seu programa de contactos incluiu sucessivas deslocações à vila do Nordeste, Pedreira, Santo António, Nordestinho, Lomba da Fazenda e S. Pedro Nordestinho.

Aumento das pensões é uma prioridade do futuro governo da “Coligação Açores”

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional reafirmou ontem, na Fajã de Cima, o seu compromisso de aumentar as pensões de invalidez e velhice já a partir do próximo ano. Victor Cruz, que participava num convívio com idosos daquela freguesia de Ponta Delgada, renovou publicamente o compromisso de que “o aumento das pensões será uma das primeiras medidas a implementar” pelo governo da coligação PSD/CDS-PP.

O líder social democrata quer aumentar o complemento de pensão dos pensionistas açorianos para níveis “dignos e compatíveis com as suas necessidades”, considerando que “há idosos nos Açores que têm pensões de miséria que mal chegam para pagar os cuidados de saúde, especialmente os medicamentos”. Victor Cruz entende que “não podemos continuar com este estado de coisas”, pelo que “é preciso mudar de rumo”.

Um governo regional presidido por Victor Cruz vai conferir “grande prioridade à melhoria das condições de vida dos idosos açorianos”, na sequência das sucessivas tentativas de aumento das pensões que o PSD tem vindo a desenvolver na Assembleia Legislativa Regional dos Açores ao longo dos últimos anos. A medida beneficiará cerca de 13% da população açoriana que, segundo os últimos censos, se situa na faixa etária de 65 e mais anos.

O convívio promovido por Victor Cruz com meia centena de idosos da Fajã de Cima encerrou a visita do líder do PSD e da “Coligação Açores” a esta importante freguesia periférica da cidade de Ponta Delgada. O candidato participou num almoço de trabalho com representantes das “forças vivas” da Fajã de Cima, visitou a Escola EB/JI Cecília Meireles e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira e deslocou-se ainda a diferentes indústrias locais, como a fábrica de confeções “Insulana” e a pastelaria “Farias”.

— Fonte. Gab.Press.PSD/Açores



«100 compromissos para a Família»

Durão Barroso apresentou uma das mais importantes iniciativas sociais de sempre



O Primeiro-Ministro, Durão Barroso, apresentou, na segunda-feira passada, uma das mais importantes iniciativas de carácter social lançadas desde sempre, ao assumir “100 compromissos para a Família”, um plano que pretende combater a exclusão dos mais velhos e criar facilidades para as famílias em que o pai e a mãe trabalham.

O plano tem como objectivo defender e apoiar a família e traça um conjunto alargado de compromissos a desenvolver entre 2004 e 2006

Muitos dos compromissos assumidos no plano dirigem-se à conciliação entre a família e o trabalho, já que o Governo pretende, nomeadamente, “que a rede de segurança social dê facilidades às famílias onde trabalham o pai e a mãe”. Ao apresentar o projecto, Durão Barroso afirmou que «Os 100 compromissos para uma política da família passam a ser uma orientação vinculativa para o Estado» acrescentando, contudo, que «o Estado e o Governo nada poderão fazer se não tiverem a ajuda das pessoas e da sociedade. O essencial tem de passar pelos valores que se transmitem às crianças na infância, como o respeito e o carácter».

Durão Barroso disse também que «a política de família deve fazer-se mais por prestações sociais do que por um regime geral fiscal em que ricos e pobres não seriam diferenciados. Queremos dar mais a quem mais precisa e diferenciar as famílias mais pobres e numerosas», independentemente de serem mono ou biparentais e do seu estatuto jurídico.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro realçou o papel do Estado na protecção às famílias advertindo, no entanto, que essa via, por si só, é insuficiente.

“O Estado e o Governo nada

poderão fazer se não tiverem a ajuda das pessoas e da sociedade. O essencial tem de passar pelos valores que se transmitem às crianças na infância, valores como o respeito e o carácter”, sublinhou Durão Barroso, acrescentando sentir o dever de alertar para essa questão.

O plano define ainda medidas para apoiar as famílias que tenham em casa as pessoas mais velhas, como forma de “combater a exclusão dos idosos”.

“Nos 100 compromissos há ligação a todos os momentos da vida em família, nomeadamente, infância, juventude, maternidade e velhice”.

O plano foi elaborado depois de “uma ampla discussão” no Conselho Consultivo para os Assuntos da Família, onde participam vários ministérios e organizações não-governamentais.

A apresentação do plano, que coincidiu com a comemoração do 10º aniversário do Ano Internacional da Família, teve a presença, além de Durão Barroso, do ministro da Segurança Social e do Trabalho, do Ministro da Cultura, Pedro Roseta, do Ministro Adjunto, José Luís Arnaut, da secretária de Estado da Segurança Social, e do secretário de Estado do Trabalho.

Os «100 compromissos» incluem medidas como trabalho a tempo parcial na Administração Pública, reforma parcial ou apoios às famílias que mantenham os idosos em casa.

“Os 100 compromissos para uma política da família passam a ser uma orientação vinculativa para o Estado e Função Pública”, explicou Durão Barroso, na cerimónia realizada no Teatro D. Maria, em Lisboa.

Depois de assistir à actuação de um coro infantil, o Primeiro-Ministro subiu ao palco para explicar que algumas das medidas de apoio às famílias estão já

a ser aplicadas - como a abolição do imposto sucessório ou o rendimento social de reinserção - e que os novos compromissos serão levados à prática “proximamente”, entre 2004 e 2006.

Orientação vinculativa para o Estado e Função Pública

No “pacote” de compromissos está o apoio às famílias que mantenham os idosos em casa, a aprovação do regime jurídico da reforma parcial (que permitirá que as pessoas se reformem mais cedo, embora recebendo menos) e a adopção de medidas que permitam o trabalho a tempo parcial na Administração Pública, por forma a permitir que os pais possam dedicar mais tempo aos seus filhos.

Além destas medidas destacadas por Durão Barroso, o “pacote” inclui também a prioridade às crianças no acesso às creches nos casos em que pais estejam a trabalhar, a redução do custo dos manuais escolares e a possibilidade da sua reutilização.

A promoção de formação credenciada de amas e ajudantes familiares, a criação de Bancos de Voluntariado (para promover o voluntariado de apoio à família), a introdução da tarifa familiar de água e a melhoria das acessibilidades (tendo em atenção às pessoas com deficiências,

promover o mecenato familiar.

O documento hoje divulgado publicamente realça ainda que os compromissos assumidos pelo Governo têm em conta aspectos como a conjugalidade e parentalidade, infância, juventude e velhice, e ainda as questões relacionadas com trabalho e lazer.

“Com esta iniciativa pretende o Governo valorizar a família, destacar as suas funções, realçar os fins que prossegue e evidenciar as responsabilidades que lhe incumbem”, lê-se no documento.

Na sua intervenção, Durão Barroso sublinhou que estes compromissos irão traduzir-se, em alguns casos, em “medidas concretas”, tendo ainda declarado que todos eles passam a constituir “uma obrigação” para todos os organismos.

À saída desta cerimónia, Durão Barroso assegurou ainda aos jornalistas que estes compromissos se destinam a todos os tipos de famílias (incluindo as monoparentais e as uniões de facto).

“Temos consciência de que as famílias mudaram muito ao longo dos tempos”, concluiu Durão Barroso.

“A diferenciação da família faz-se no âmbito social, procurando resolver situações de maior urgência e pobreza. Esta via é melhor que a diferenciação generalizada em sede fiscal”, declarou o chefe de Governo, no final da apresentação de uma centena de



idosos e equipamentos destinados a crianças) são outras medidas previstas no “pacote”.

De acordo com um comunicado do Ministério da Segurança Social e do Trabalho é também intenção do Governo criar incentivos para a contratação de mulheres desempregadas nos 12 meses seguintes ao termo da licença da maternidade, criar Centros de Noite para idosos e

“compromissos programáticos”, no Teatro D. Maria.

Durão Barroso reiterou que “A política de família deve fazer-se mais por prestações sociais do que por um regime geral fiscal, em que ricos e pobres não seriam diferenciados. Queremos dar mais a quem mais precisa e diferenciar as famílias mais pobres e numerosas”, sublinhou o chefe de Governo.

X Congresso dos TSD

Congresso de grande importância marca o vigor e a força dos sindicalistas social-democratas

Realizou-se no fim-de-semana de 20 e 21 deste mês, em Tróia, o X Congresso Nacional dos TSD, que contou com a presença de 600 delegados em representação de dezenas de sindicatos, comissões de trabalhadores e de todos os Distritos e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Foi um Congresso de grande importância, que marcou o vigor e a força do movimento sindical social-democrata e decorreu sob o lema “Tempo de Viragem”, num clima de entusiasmo, determinação e confiança no futuro.

Foi marcado por uma grande vitalidade e forte participação (119 oradores só no ponto da Moção de Estratégia política e sindical), centralizando a sua temática na situação económica e suas implicações

que, após cumprimentar dirigentes e convidados, afirmou: «Começo por cumprimentar calorosamente o Senhor Presidente do PSD e Primeiro Ministro de Portugal, Dr. José Manuel Durão Barroso, presença que muito nos honra e que representa um grande estímulo para todos nós, Trabalhadores Social Democratas.

Saúdo a presença amiga do Senhor Secretário Geral do nosso partido, Dr. José Luís Arnaut que, a par das suas responsabilidades partidárias, está também a desenvolver um grande trabalho na governação. Que tudo corra bem e que ganhemos o EURO 2004.

Cumprimento com satisfação o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Guilherme Silva, o Senhor Ministro da Economia, Dr. Carlos Tavares, o Senhor



sindicalista e exemplar fidelidade ao projecto social-democrata. Para si, a nossa homenagem.

«Amigos e companheiros, somos chegados ao fim dos trabalhos do nosso X Congresso. Foi um grande Congresso. Foi o Congresso da Confiança na Viragem. Fortemente participado, com ideias positivas, este Congresso provou que a alma dos TSD está bem viva e que ninguém deve subestimar a nossa força.

«Saímos daqui com mais ânimo, mais determinação, mais energia e mais força, para enfrentarmos os desafios do futuro. Futuro que para nós passa por um Portugal mais desenvolvido, mais justo e mais solidário. Discutimos tudo. Com frontalidade e abertura, como é próprio dos TSD. Discutimos a sociedade que queremos e que estamos a construir protagonizada pelo PSD.

A social democracia é a nossa marca de honra e não se revê em rótulos de direita ou de esquerda.

«Somos um projecto interclassista, reformista e personalista. Estamos no centro da sociedade portuguesa, tão atentos às preocupações do centro-esquerda, como do centro-direita. Por isso, rejeitamos o rótulo de direita e não cedemos à tentação do neoliberalismo, que é cego à dimensão social da economia e da política.

«Estamos no caminho certo. Vamos manter firmes na linha da social democracia, projecto moderado, tolerante e com sentido social. Discutimos a situação económica e social. Estamos bem conscientes das dificuldades que o nosso País tem enfrentado e das razões das políticas impopulares que o actual Governo se viu forçado a tomar, para equilibrar as contas do Estado e voltarmos a ter



nas áreas social e do trabalho.

Arménio Santos, que foi reeleito Secretário Geral dos TSD, com uma equipa rejuvenescida, viu a sua Moção de Estratégia aprovada por apenas quatro abstenções.

O Presidente do PSD, Dr. José Manuel Durão Barroso, encerrou o Congresso, onde proferiu uma importante intervenção política e recebeu o apoio e o aplauso dos congressistas.

Arménio Santos faz o registo dos mais relevantes aspectos do Congresso

Na fase final, Arménio Santos, Secretário Geral dos TSD, fez a súmula dos trabalhos e das orientações saídas do congresso, num discurso muito interrompido por aplausos e em

Presidente da CPD de Setúbal, Dr. Luís Rodrigues, o Senhor Secretário Geral da UGT, Engº João Proença, os representantes da FTDC e todas as entidades que nos honraram com a sua presença. A todos o nosso agradecimento.

«Na pessoa do Senhor Presidente do Congresso, cumprimento e felicito os novos dirigentes eleitos, e desejo a cada um os maiores êxitos no exercício das suas funções.

«Para aqueles que saíram e sobretudo para a nossa companheira Drª Manuel Teixeira, a nossa gratidão pelo que fizeram pelos TSD e pelos trabalhadores portugueses. Drª Manuela Teixeira, gostámos muito de trabalhar consigo e registamos com orgulho a sua brilhante carreira de



X Congresso dos TSD (Continuação)

«Mais ânimo, mais determinação mais energia e mais força para enfrentar o futuro»

umas finanças públicas saudáveis.

«Essa batalha está a ser ganha. Com as políticas implementadas e porque os trabalhadores e os empresários estão a trabalhar, estão a produzir pelo futuro de Portugal. Mas os sacrifícios que têm sido pedidos aos portugueses, e que atingem sobretudo as famílias e os sectores mais fracos e desprotegidos, causam-nos as maiores preocupações.

«O desemprego atinge muitos milhares de trabalhadores. Os salários emagrecem o poder de compra. E as pensões – embora registemos e saudemos os passos importantes que estão a ser dados pelo nosso Governo para aproximar as pensões mínimas ao valor do salário mínimo nacional – continuam à quem da dignidade que é devida aos nossos reformados e pensionistas.

«A justiça fiscal continua preguiçosa e a evasão e fraude fiscais mantêm uma dimensão intolerável. Defendemos a concertação social. Os social-democratas sempre apostaram na concertação social, e foi com Governos liderados pelo PSD que melhores resultados se conseguiram.

«Hoje, a crise por que passa o País, recomenda ainda mais que seja atribuído um papel de maior destaque aos mecanismos da Concertação Social na procura de soluções equilibradas, preventoras e dissuasoras de conflitos sociais.

«Para nós, as negociações em curso tendentes à eventual celebração de um Contrato Social para a Competitividade e Emprego, devem ser aprofundadas entre o Governo e os parceiros sociais do arco negocial do Conselho Permanente da Concertação Social. Este Contrato é necessário aos trabalhadores, às empresas e ao País porque, esse entendimento em torno de políticas dinamizadoras da economia, vai contribuir para a obtenção desses objectivos, e gerar mais confiança nos portugueses.

«A confiança é um factor fundamental para mobilizar as energias nacionais»

«E a confiança é um factor fundamental para mobilizar as energias nacionais e assim mais facilmente venceremos as dificuldades. Daí a nossa exortação ao Governo para fazer um esforço suplementar, em ordem a que as negociações para este Acordo Social tenham êxito. E o mesmo apelo dirigimos à UGT.



«A UGT é o parceiro social com a cultura do diálogo e da modernidade. Historicamente, tem sabido assumir as suas responsabilidades. Ainda recentemente na delicada questão do Código do Trabalho, dialogou, negociou e contribuiu para um texto final moderno e respeitador do modelo social europeu que defendemos.

«Se se tivesse extremado em posições radicais semelhantes à de outros, que muito gritam e contestam mas que nunca contribuíram para resolver coisa nenhuma, o texto final seria seguramente mais desequilibrado em desfavor dos trabalhadores. Por isso, também neste caso exortamos a UGT a assumir as suas responsabilidades com coragem e sem complexos.

«Caros Amigos e Dr. José Manuel Durão Barroso, Estas foram algumas das questões aqui debatidas. Mas o nosso Congresso não foi apenas um registo de dificuldades. Bem pelo contrário. Os TSD não cultivam a lamúria nem nunca se renderam à depressão. Nós acreditamos que o pior já passou e que é tempo de viragem. É tempo de arrancarmos para um novo ciclo de crescimento económico, com trabalho, com confiança e com ambição.

«Hoje, com as contas públicas em ordem, a inflação em queda, as exportações a subir e o défice externo reduzido, é possível a retoma económica. Os sacrifícios pedidos estão a dar resultado e valeram a pena. É com essa confiança no futuro, que os TSD acreditam que a retoma vem aí e com ela a criação de emprego, a convergência real, a dignificação do trabalho e o fortalecimento das classes médias.

«É justo que aqueles que, pelas

circunstâncias, têm sido os mais penalizados pela crise, sejam também os primeiros a ser lembrados quando ela for ultrapassada. O PSD no Governo nunca virou as costas aos trabalhadores e aos mais fracos. Pelo contrário. O PSD foi e é um grande partido nacional, tem uma forte



implantação e apoio no seio dos trabalhadores portugueses e sempre praticou a solidariedade efectiva e não meramente discursiva.

«É por isso Senhor Dr. José Manuel Durão Barroso que os trabalhadores portugueses têm os olhos postos em si, e nós lhe damos todo o nosso apoio na altíssima missão que vem desenvolvendo à frente dos destinos do nosso País. Nós conhecemo-lo. Sabemos que é um grande social-democrata e que partilha das nossas preocupações sociais. Estamos a seu lado nesta cruzada pelo progresso económico e pela justiça social, para que os portugueses tenham

um futuro melhor. Conte connosco».

O Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso, encerrou o Congresso

A terminar estes dois dias de trabalhos dos TSD, no seu Congresso em Troia, falou o Presidente do nosso partido, José Manuel Durão Barroso, que ao subir à tribuna recebeu uma vibrante ovação, com os congressistas em pé a aplaudi-lo. No seu discurso, muitas vezes interrompido por manifestações de apoio, Durão Barroso afirmou: « Senhor Presidente do Congresso, Dr. João Dias da Silva, senhor Secretário Geral dos TSD, meu caro Arménio Santos, senhores Convidados, senhoras e senhores Congressistas, caros Amigos, caros Companheiros: Quero em primeiro lugar felicitar vivamente todos os titulares dos órgãos eleitos, desejar-lhes o maior sucesso nesta missão de conduzirem os Trabalhadores Social Democratas.

«Sei que foi um Congresso vivo,

de amplo e profundo debate, de crítica como nós gostamos no PSD, de exigência, por isso felicito vivamente todos os Congressistas. Felicito também os convidados que se juntam a nós, na impossibilidade de os nomear a todos, permitam-me a referência especial pela importância que tem na organização que lidera, mas também pelo respeito pessoal que tenho por ele, o eng.º João Proença.

«Foi, segundo estou informado, um belíssimo Congresso, como uma exposição franca, com um analisar das questões e com exigência, que eu penso que são absolutamente naturais de uma

X Congresso dos TSD (Continuação)

Durão Barroso lembra aos TSD que o futuro de Portugal está na nossa capacidade de mudar

organização como esta, que está verdadeiramente radicada no pulsar dos trabalhadores portugueses.

«O PSD – Partido Social Democrata, precisa muito dos TSD. O PSD tem um grande respeito pelos Trabalhadores Social Democratas e entendemos, como aqui foi sublinhado e bem pelo Senhor Presidente do Congresso, que os TSD têm no conjunto da organização - partido - uma autonomia que é absolutamente indispensável para a afirmação de um direito de crítica, de uma exigência maior nas questões que lhes são particularmente caras como são as questões do trabalho, as questões do emprego, as questões da Concertação Social, dos direitos sindicais, dos direitos dos trabalhadores.

«Compreendo perfeitamente críticas que tem havido, que eu não quero ignorar, de alguns dos nossos companheiros dos sindicatos. Às vezes fico um bocado surpreendido porque, talvez por mostrarem que são verdadeiramente independentes, ainda exageram e vão mais longe que os partidos da oposição. Também não é necessário tanto...

«Mas deixem-me dizer que a minha convicção democrática profunda não é nunca de irritação com a crítica, sempre que há uma crítica procuro ver se há uma razão por detrás dessa crítica, e compreendo perfeitamente a insatisfação que há hoje em muitos dos trabalhadores portugueses, compreendo-a perfeitamente. Como é que não havia de ser assim, funcionários públicos (à excepção dos que auferem mais baixos salários) estão há dois anos com os salários congelados. Como é que podemos esperar aplausos de uma situação destas? Compreendo isso perfeitamente.

«Quero que os Trabalhadores Social Democratas saibam que o Presidente do seu partido, actual Primeiro-Ministro de Portugal, não está alheado da realidade. O problema, a questão decisiva, é sabermos o que fazer perante essa realidade? Essa é que é a questão. Qual é, uma vez acertando no diagnóstico, a terapêutica a seguir para o País? E aí tenho que dizer-vos (com a mesma abertura que tenho a todas as críticas, às vezes até a críticas injustas), que tenho uma profunda convicção que não há outro caminho senão o que estamos a seguir, com coragem e com determinação e vão ver-se os frutos desse nosso esforço, com o vosso apoio, com o apoio dos Trabalhadores Social Democratas.

«Quando assumimos funções, no

meu discurso de tomada de posse, dia 06 de Abril de 2002, disse claramente que a legislatura se dividiria em dois períodos: 2002 a 2004 e 2004 a 2006. O primeiro essencialmente para se fazer um grande esforço de pôr as contas em ordem, de arrumar a casa, porque sem esse esforço não haveria condições para dar um apoio mais vigoroso ao crescimento económico. No essencial cumprimos, a verdade é



que conseguimos durante dois anos consecutivos manter o défice abaixo do máximo permitido pela União Europeia, mais concretamente pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. A verdade é que conseguimos também um aumento das exportações, numa situação particularmente difícil de recessão interna e externa. Conseguimos reduzir o défice externo de 9 para 3% do PIB, o que é um resultado além daquilo que ambicionávamos para este período e a inflação está a descer, está praticamente a níveis europeus. Portanto, os grandes equilíbrios, neste caso desequilíbrios macroeconómicos, foram enfrentados, estamos a ter sucesso. Vamos ter de continuar esse esforço, não podemos voltar à política do zigue-zague. Mas a verdade é que este esforço inicial, sobretudo num contexto de recessão (o que torna muito mais difícil o rigor orçamental e a contenção da despesa), teve sucesso nesta fase. E por isso vos digo: estou absolutamente convicto que a segunda fase, de mais vigor do crescimento, vem aí. Estamos, em 2004, um ano de transição. Há sinais de retoma, ainda que sejam sinais tímidos de início, mas que são sinais de uma retoma lenta e gradual, mas segura e sustentada como sempre tenho dito. «Tenho procurado falar sempre

verdade aos portugueses. Há dias, quando houve Eleições em Espanha, houve quem dissesse que uma das lições a tirar era que se devia sempre falar verdade e com total transparência aos eleitores. Quero-vos dizer uma coisa, comigo não foi preciso esperar pelas eleições em Espanha para chegar a essa conclusão. Sempre pratiquei a verdade e a transparência com os portugueses.

«Criticaram-me até por vezes de falar demasiado verdade. De ter contribuído com o meu discurso, por ter uma análise realista, péssimista - diziam-me alguns - da situação. Infelizmente tinha razão. Quando assumi as funções governativas e vi o



verdadeiro estado das contas públicas tive de dizer ao País, a situação em que se encontrava, não por qualquer razão de vontade partidária, de castigar mais os adversários que ainda por cima tinham perdido as eleições.

«Tive de o fazer para evitar, por

um lado que o País volte a cometer o mesmo erro, isto é regressar à cultura do facilitismo, do laxismo, do deixa andar, da irresponsabilidade, não entendendo as obrigações que assistem a um País da zona Euro. Por outro lado, para preparar as empresas, os trabalhadores e os próprios sindicatos para esta nova situação, que iria necessariamente resultar em muitos sacrifícios. E eu penso que no essencial a mensagem passou.

«Penso que aquilo que fizemos e estamos a fazer ao nível do Estado de controle da despesa tem vindo a ser feito também por muitas empresas, e muitas delas já se encontram mais saudáveis e prontas para a competição. Também foi entendido pelos sindicatos, não por todos, mas por alguns.

«Com outros, não há a menor hipótese, continuam com o paradigma do Séc. XIX, continuam a pensar em termos de luta de classes, de empresas que já não fazem sentido no Séc. XXI, num mundo globalizado. Mas a verdade é que eu vejo hoje, nos documentos que discutimos na Concertação Social, vindos das organizações sindicais, preocupações como a produtividade, como a competitividade, como a globalização, e eu acredito que temos hoje em Portugal dirigentes sindicais que já compreendem, que estão plenamente consciencializados da nova situação internacional e das novas respostas que essa situação internacional exige.

«Foi por isso que tive este discurso muito realista, a verdade é que agora já há sinais positivos, mas não é curioso que agora que surgem esses sinais positivos, os mesmos que me criticaram por ter sido demasiado realista e induzir alguma recessão,

X Congresso dos TSD (Continuação)

«A reforma da Administração é feita com os trabalhadores e não contra os trabalhadores»



através do meu discurso, os mesmos que todos os dias procuram contrariar os sinais de esperança que há na sociedade portuguesa e na economia portuguesa.

«É por isso que digo, com todo o respeito que tenho pela minha convicção democrática e pela oposição, Oposição ao Governo, façam-na toda por favor, façam toda a oposição. Eu também fui líder da oposição, eu não caí de paraquedas nas funções de Primeiro Ministro, estive no Parlamento a lutar pelas minhas posições, por isso respeito totalmente a oposição. E por isso lhes digo, se quiserem fazer oposição ao Governo façam, critiquem, apresentem alternativas. Mas por favor, não confundam oposição ao Governo com oposição ao País, com oposição ao esforço de confiança que é necessária ao nosso País, para fazer vir Portugal para cima.

«Porque a batalha em que estamos empenhados, não é apenas uma batalha do Governo, nem é uma batalha do Estado, é uma batalha cultural muito mais ampla. Sejam completamente francos, o País passou e passa ainda por momentos difíceis: a situação orçamental, o descalabro das contas públicas, levou àquilo a que o Banco de Portugal chamou “o ajustamento inevitável”, que envolve inescapavelmente o aumento do desemprego, que eu tenho definido como o maior drama da nossa sociedade. Mas como se tudo isto não bastasse tivemos por cima desta situação a Guerra no Iraque, a insegurança internacional, uma recessão internacional que atingiu os três grandes motores da economia mundial: a União Europeia,

nomeadamente a Alemanha e a França, que são os países mais importantes, mas os EUA e o Japão também. E como se tudo isto não bastasse tivemos, em termos internos, casos de justiça que tiveram um impacto muito negativo na auto-percepção e na auto-estima dos portugueses. Como se tudo isto não bastasse ainda tivemos recentemente aqui na nossa vizinha Espanha um atentado terrorista bárbaro e inqualificável.



«E é nestas condições que somos chamados a governar. Uma situação absolutamente difícil do ponto de vista interno e do ponto de vista externo. É por isso que o problema não está, agora, no diagnóstico da situação, está na nossa capacidade, na vontade de mudar. E quero dizer vos muito sinceramente que quanto maior são as

dificuldades, maior a minha força, que me sinto estimulado por estas dificuldades e que acredito que é possível dar a volta a situação.

«Mas nós temos, por isso, de falar aos portugueses, para além dos partidos, para além da comunicação social, e dizer-lhes “há um caminho”, podemos dar a volta à situação, é possível com esforço, com trabalho e a retoma pode vir também se nós não estivermos sempre à espera do Governo, sempre à espera do Estado, mas exigirmos também dos portugueses mais esforço, mais responsabilidade, mais trabalho e mais iniciativa para dar mais força a este nosso Portugal.

«O Governo tomou medidas difíceis e polémicas. Desde logo, eu sei, que foram aqui tratadas, no vosso Congresso, a Reforma da Administração Pública e o Código do Trabalho.

«A Reforma da Administração Pública é uma reforma exigente, eu tenho dito, tenho dado instruções nesse sentido, é feita com e não contra os trabalhadores da Administração Pública. Contrariando tudo aquilo que têm feito como campanha contra essa reforma, tenho dito que não vai haver despedimentos de funcionários públicos. E aos funcionários públicos

«É por isso que agora, estando a pensar na Função Pública, vos posso dizer que temos programas específicos (mantendo a política de contenção nas admissões), de formação de quadros e dirigentes da Função Pública. Há neste momento, no nosso País, pelo menos 30 mil licenciados no desemprego. Estamos com um programa para a sua formação complementar em matérias que possam dar-lhes emprego e muitos deles podem vir a ser quadros da Função Pública.

«São essas as instruções que estão dadas ao Instituto Nacional de Administração, para formar muitos desses licenciados no desemprego, que queiram estagiar e mais tarde vir a integrar-se na Função Pública. É também nesse domínio que estamos a trabalhar com a Comunidade Europeia. Já para o próximo quadro comunitário de apoio - 2007 a 2013 - regendo como primeira prioridade dos fundos estruturais do futuro, a formação profissional e a adaptação para quadros da Função Pública. É por isso que posso dizer-vos que estamos a pensar a sério na Função Pública e no futuro.

«Espero, já em 2005, termos condições para garantir aumentos reais aos funcionários públicos. Espero que tal venha a ser possível. Isso acontecerá se não houver nenhuma catástrofe do ponto de vista internacional, que lance de novo o ambiente recessivo à escala europeia ou nacional. Mas com estes esforços acredito que vamos ter uma Administração Pública dimensionada, prestigiada e dignificada no seu trabalho.

«O Código do Trabalho, como à pouco já disse o Secretário Geral dos TSD, era uma Reforma indispensável. Tínhamos uma legislação não apenas excessivamente rígida, mas constituída por um emaranhado de normas e regulamentos que ninguém verdadeiramente entendia. Uma relação virada para o passado, que nos retirava competitividade.

«A verdade é que se conseguiu uma solução de consenso e aí, há que salientar o esforço da UGT que nos permite hoje ter uma legislação mais equilibrada. E reparem que muitos dos críticos, agora já dizem, que o essencial não está na regulação, que até já podem aceitar o essencial que está na regulamentação da legislação. Por isso foi uma legislação equilibrada. A verdade é que há uns dizem que não fomos suficientemente longe, outros dizem que fomos longe demais, é prova que talvez estanhemos estado no

X Congresso dos TSD (Continuação)

«O combate ao défice era o objectivo mais urgente mas não o mais importante»

justo equilíbrio. Era essencial esta Reforma para manter o Modelo Social Europeu, do qual sou a favor.

«A nossa legislação não é uma legislação liberal, ultra-liberal ou neo-liberal, não é por exemplo a legislação do Modelo Americano. É uma legislação que se aproxima, mesmo assim ficando à quem em termos de flexibilidade, mas mesmo assim ficando além em termos de direitos dos trabalhadores, do Modelo Social Europeu.

«A verdade é que o Governo, mesmo nas condições orçamentais mais difíceis, tem feito e tomado uma série de iniciativas do ponto de vista social:

- a procura da convergência das pensões mais baixas com o salário mínimo nacional - apesar da crise económica já foi possível atingir 40% desta convergência, esperamos concluir esta convergência das pensões mais baixas com o salário mínimo nacional até 2006;

- o aumento das pensões mínimas em Dez 2003 foi de 4%, a que se juntou ou melhor a que se vai juntar mais 2% a partir de Junho deste ano, este valor em termos reais foi o maior que aconteceu na governação durante o anterior período;

- a mudança no abono de família, agora diferenciada em função dos rendimentos e do número de filhos. Para as famílias mais pobres ao aumento chegou a atingir os 20%, eu sei que é a partir de patamares muito baixos, mas de qualquer maneira isto ilustra o que é a política social deste Governo - que é discriminar as famílias mais numerosas, discriminar positivamente famílias mais numerosas e discriminar também as classes de rendimentos mais baixas;

- a própria revisão do subsídio de doença, beneficiando as pessoas a

partir de 90 dias de baixa, discriminado também aí, os beneficiários com mais filhos, dando-lhes melhores garantias;

- a própria revisão do rendimento social de inserção, para melhor controle da prestação social e também para melhor protecção de certos grupos, como as grávidas, as mães, os deficientes, os idosos;

- a lei de reabilitação estabelecendo quotas para a contratação de deficientes.



...tudo isso e mais um conjunto de medidas que mostram que o nosso Governo, é um governo com preocupação social.

«Eu sei que no debate político estivemos todos muito concentrados na questão do défice porque era o objectivo mais urgente, mas o facto de ser mais urgente não quer dizer que seja mais importante, quer dizer que era um condição, um instrumento necessário e indispensável para a

realização de objectivos que têm, na minha escala de valores, maior prioridade. E os números não mentem, as transferências do orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança Social em 2004 tiveram um aumento de 12%, isto excluindo o aumento do subsídio de desemprego, das exportações do desemprego, isto por causa do aumento do próprio desemprego que, como sabem, teve um aumento de 30%. «Vamos ver os números, quando às vezes dizem “um

social”.

«E vamos tomar mais medidas. Vamos obviamente proceder ao já anunciado aumento das pensões mínimas complementares em Junho; vamos reduzir o subsídio de desemprego, diferenciado positivamente quem mais desconta e quem tem mais filhos; vamos proceder ao já aprovado cruzamento de dados entre o fisco e a Segurança Social já em Junho; vamos melhorar as condições na licença por maternidade. São medidas a tomar ou a executar a curto prazo.

«A questão da evasão fiscal - caros companheiros, caros amigos. há tanto tempo se fala no cruzamento de dados entre o Ministério das Finanças e PJ, qual foi o Governo que o fez? O meu!. À tantos anos se fala em cruzamento de dados entre o Fisco e a segurança Social, qual foi o Governo que o fez? O nosso Governo!

«Ou seja, em matéria de luta contra a fraude e a evasão fiscal eu estou disponível para ouvir todas as sugestões, mas não aceito críticas de quem não fez nada enquanto lá estava e que agora se pretende arvorar em campeão de uma causa que é do meu governo e que é a causa dos social-democratas.

«Porque razão é que não se fez antes, perguntarão. Havia, é verdade, dificuldades do ponto de vista legal por causa da comissão de protecção dos dados pessoais informatizados, e como sempre, há juristas que argumentam com inconstitucionalidades. Mas a verdade é que por rotina burocrática ou por algum impecilho político nunca se tinha promovido aquilo que hoje já existe, ou seja, cruzamento de dados entre a PJ e a Administração Fiscal.

«Posso dizer-vos que hoje aumentaram muito as participações à Procuradoria Geral da República por infracção fiscal, existem os números concretos, e agora vai isso ser possível também com as fraudes e com o incumprimentos das leis em matérias de Segurança Social. Por isso, eu acredito que é esta a via e a forma concreta de mostrar resultados na luta contra a fraude e a evasão fiscal.

«Uma palavra sobre a concertação social - em 17 de Junho passado, eu próprio apresentei aos parceiros sociais em sede de Concertação Social, as linhas gerais para um Contrato Social para a Competitividade e o Emprego, com objectivos estruturais importantes, de procurar a convergência de produtividade de Portugal com a média da União





X Congresso dos TSD (Conclusão)

O nosso compromisso é procurar o Acordo de Concertação Social até ao fim do mês de Junho



Europeia; procurar a convergências do poder de compra dos salários nacionais com a média da UE; lutar contra a fraude e evasões fiscais de forma a aumentar a transparência, a competitividade e a equidade; e combater a economia paralela.

«No geral este esforço, ou esta iniciativa, foi bem acolhida pelos parceiros sociais. Constituímos três grupos de trabalho: formação profissional e segurança; higiene e saúde no trabalho; combate à fraude e evasão fiscal e investimento, inovação e concorrência. Vieram a realizar-se várias reuniões. Só em 2003 foram realizadas 42 reuniões da Comissão Permanente de Concertação Social.

«Eu próprio tenho estado em algumas reuniões da Concertação social e até numa que tenho intenção de repetir que chamei “reunião informal”, em que chamei sem agenda os líderes dos sindicatos e das associações empresariais. Eu quero dizer-vos que acredito verdadeiramente nos esforços da Concertação Social, não tenho uma ideia confrontacional na relação entre trabalhadores e empresários, antes pelo contrário.

«A verdade é que temos um calendário político difícil, porque vamos ter eleições europeias, e vamos ser sinceros, também aqui, com respeito pelas organizações, nós sabemos que a agenda político-partidária por vezes condiciona a própria Concertação social. Eu gostava muito que se pusesse entre parêntesis a natural conflitualidade político-partidária, nomeadamente na véspera da Eleição Europeia e se conseguisse chegar a um acordo.

«De qualquer formas as eleições Europeias serão a 13 de Junho e o

nosso compromisso é procurar o Acordo de Concertação Social até ao fim de Junho. Espero que haja um esforço das associações patronais, das associações sindicais, e que possamos chegar a um acordo de Concertação Social. Eu próprio estou envolvido nisso, a senhora Ministra das Finanças, o Senhor ministro da Segurança Social, O Senhor Ministro da Economia e até designámos o secretário de estado do Trabalho para coordenar, em termos mais concretos as propostas e a articulação das propostas.

«É muito importante por isso também a vossa contribuição. A contribuição dos Trabalhadores Social Democratas, principalmente dos Trabalhadores Social Democratas na UGT. Acho que a UGT, sem prejuízo da sua total independência, que eu respeito, tem aqui um papel muito importante. Que é o papel de explicar aos trabalhadores que as condições da globalização modernas exigem outro tipo de resposta, que não é com demagogia que se consegue melhor defender os interesses dos trabalhadores.

«Eu sei que era mais fácil ir pelas soluções imediatas, mas isso não era justo nem sério. Eu tenho dado este exemplo. Vamos supor que para combater o desemprego o estado começava a admitir funcionários. Numa primeira fase era útil, baixavam imediatamente as estatísticas do desemprego, talvez até o Governo ou o partido do Governo subisse nas sondagens, mas não era sustentável. Porque para termos mais esses trabalhadores na FP tínhamos de aumentar os impostos e nós não temos margem, hoje, para aumentarmos os impostos, nem sobre os trabalhadores nem sobre as empresas, pelo contrário.

Precisamos de baixar os impostos para darmos um maior estímulo à economia e dar melhores condições de competitividade à nossa economia no quadro europeu. As condições da competitividade estão a mudar radicalmente.

«Meu Caros Amigos, hoje em dia o que se discute na Europa ao nível de alguns responsáveis é saber como vamos evitar a desindustrialização, quando há produtos que vêm da China, da Indonésia, da Malásia ou da Coreia e que eles colocam aqui a três vezes mais baratos, por que não têm as exigências sociais nem as exigências ambientais que existem no nosso mercado. Esta é a grande questão. Este é que é o grande desafio. Como é que se pode vencer este desafio? Reduzindo os direitos dos trabalhadores? Não! Não, não é essa a nossa proposta, mas sim procurando garantir melhores condições de competitividade às

difícil neste momento, onde é mais difícil afirmar a nossa convicção e o nosso amor ao PSD. Eu sei disso.

«Na impossibilidade de vos agradecer a todos e cada um, permitam-me que o faça na pessoa da Dr^a Manuela Teixeira, que vai deixar as funções mas que nós temos uma grande estima, um grande consideração e uma grande amizade por ela. Obrigado, Manuela Teixeira, por tudo aquilo que tem feito à frente dos TSD, muito obrigado por isso.

«E queria deixar a todos em nome do PSD, o meu reconhecimento. Eu sei que é difícil às vezes, neste contexto, nas escolas, na banca, nas empresas, na FP, defender as nossas ideias, defender o Governo, eu sei isso. Eu sei que é mais fácil, por vezes, ir atrás da demagogia e alinhar com aquilo que aparentemente é politicamente correcto, mas eu sei que os TSD têm este sentido de



economias europeias e no quadro europeu, à economia portuguesa.

«Essa é a minha preocupação: garantir que na escolha dos investimentos internacionais, Portugal seja um lugar especialmente atraente. Não é para fazer nenhum favor aos capitalistas, porque não são os capitalistas que votam em nós, não estou a pensar nos capitalistas, estou a pensar no País. Não é uma filosofia de demagogia, é sim a filosofia correcta.

«A terminar, é altura de dizer aos trabalhadores social-democratas como estou feliz por estar aqui convosco, como é importante para mim sentir o vosso apoio. Eu sei que os trabalhadores e as trabalhadoras social democratas estão no terreno mais

responsabilidade.

«Sei que sabem que a nossa vocação continua a ser a vocação social, sabem que o PSD é um partido interclassista, um partido reformista, um partido que recusa os extremos seja o liberalismo de uns, seja o radicalismo e o estatismo de outros, e por isso vos digo que é para mim muito importante o vosso apoio, a vossa compreensão, a vossa crítica também. É também a razão pela qual convoquei o Congresso para o próximo mês de Maio, porque eu senti que era necessário ouvir o partido e dizer ao partido: vamos em frente, não desistimos, vamos lutar por um Portugal melhor!!!

Vivam os TSD, Viva o PSD, Viva Portugal!!!

O Primeiro-Ministro em Moçambique

Visita de Estado de três dias negocia relacionamento bilateral incluindo Cabora-Bassa e cooperação



O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, deslocou-se a Moçambique no passado Domingo, numa visita de Estado de três dias, marcada pelas negociações a mais alto nível sobre o relacionamento dos dois países nos sectores político, económico e de cooperação, incluindo o novo estatuto de Cabora-Bassa e a assinatura do programa de cooperação para os próximos três anos.

Durão Barroso é acompanhado pela maior comitiva desde que é Primeiro-Ministro e que inclui sete ministros e cerca de 40 empresários, um número que fontes oficiais atribuem ao “interesse estratégico” que Portugal atribui Moçambique.

As “excelentes relações”, que os dois países afirmam que mantêm, serão seladas com a assinatura do Programa Integrado de Cooperação para o período 2004-06, e pelo qual Portugal vai atribuir a Moçambique 12 milhões de euros por ano para investimentos nas áreas da saúde, educação, agricultura e boa governação. Pela primeira vez, parte dessa verba será utilizada como apoio directo de Portugal ao Orçamento de Estado moçambicano.

A parte moçambicana, através do ministro dos Negócios Estrangeiros Leonardo Simão, já expressou o desejo de que a visita de Durão Barroso sirva para dar um novo ímpeto às relações com Portugal. O novo relacionamento bilateral passará pela concretização da intenção expressa este ano pelos dois países de iniciar negociações para Portugal vender a Moçambique a maioria do capital que detém na Hidroelétrica de Cabora Bassa (HCB).

Com o acordo tarifário alcançado em Fevereiro entre Portugal, Moçambique e África do Sul, criaram-se condições para que se altere a favor de Moçambique a estrutura accionista da HCB, actualmente detida em 82 por cento por Portugal e a restante pelo Estado moçambicano.

Durante a visita do primeiro-ministro português deverão ser dados passos para a abertura do processo, embora as negociações ainda se encontrem em fase inicial.

“Tanto quanto sei, não está agendada a assinatura de nenhum acordo entre Moçambique e Portugal sobre a HCB, além da reafirmação da óbvia vontade política dos dois países em encontrar soluções satisfatórias para a questão”, disse à Agência Lusa a vice-ministra moçambicana dos Recursos Naturais e Energia, Esperança Bias.

Do ponto de vista político, esta deverá ser a última visita de um chefe de governo português, tendo como interlocutor Joaquim Chissano, presidente de Moçambique desde 1987, que abandona funções no final do ano, quando se realizam as eleições presidenciais e gerais no país.

Durão Barroso foi recebido em audiência pelo presidente moçambicano e manteve contactos com a nova Primeira-Ministra, Luísa Diogo, que acumula com a pasta das Finanças e Plano.

Armando Guebuza, o candidato à presidência escolhido pela FRELIMO, manteve também um encontro com Durão Barroso, tal como o presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, líder da oposição e candidato derrotado nas

presidenciais de 1994 e 1999.

Ambos estão já em pré-campanha eleitoral no interior do país, interrompendo-a para as audiências com o primeiro-ministro português.

Contactos com a comunidade portuguesa, a realização de um seminário empresarial luso-moçambicano e visitas a instituições e empresas com forte presença portuguesa preenchem a agenda dos três dias da visita de Durão Barroso, que será encerrada com uma conferência do primeiro-ministro de Portugal sobre relações Europa-África.

Durão Barroso fará ainda uma breve visita à Beira, a segunda maior cidade do país, para contactos com a comunidade portuguesa e com representantes do poder provincial, não estando, no entanto, previsto qualquer encontro formal com o novo presidente do município, Daviz Simango, da RENAMO, um partido que, tal como o PSD, pertence à Internacional Democrática do Centro.

Durão Barroso convidou para o acompanharem a Moçambique diversas personalidades, algumas com óbvias ligações ao país, como o maior futebolista português de todos os tempos, o luso-moçambicano Eusébio da Silva Ferreira, e outras, relacionadas com a cultura e o mundo do espectáculo, como a fadista Mízia, que realizou um concerto no domingo em Maputo.

Recepção à comunidade portuguesa no Maputo

Um dos primeiros acontecimentos da visita, foi Durão Barroso uma recepção à comunidade portuguesa residente em Maputo, que juntou centenas de pessoas nos jardins da residência do embaixador.

Falando aos convidados, Durão Barroso disse que a esta visita irá permitir o lançamento de importantes projectos para o desenvolvimento do país, numa perspectiva que também interesse a Portugal.

O primeiro-ministro sublinhou que as autoridades dos dois países irão manter “reuniões de trabalho bastante sérias, orientadas para a resolução de



100 Compromissos para uma Política da Família

Iniciativa apresentada pelo Primeiro-Ministro na sessão comemorativa do X aniversário do Ano Internacional da Família, no Teatro Nacional Dona Maria II, em Lisboa

A Família constitui uma célula fundamental e um valor inalienável da sociedade, assim reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Constituição da República Portuguesa, factos que atestam da importância que a mesma assume no desenvolvimento da Pessoa Humana. Por isso, é essencial conceber e desenvolver de forma integrada, global e coerente uma política de família adequada que contribua para o desenvolvimento pleno das suas funções específicas no seio da sociedade.

Na realidade, a Família constituiu desde sempre o espaço privilegiado de realização da pessoa, de transmissão de valores e interinfluências e de reforço da solidariedade entre gerações, o que torna evidente a importância de se prosseguirem políticas que promovam as potencialidades da família, que respondam às necessidades existentes assegurando-se a sua realização concreta.

Neste contexto, é dever do Estado cooperar, apoiar e estimular a promoção da instituição familiar, não devendo, porém, substituí-la nas responsabilidades que lhe são e devem ser próprias.

O reconhecimento e a valorização da Família, mormente das funções próprias que desempenha, bem como das responsabilidades específicas que lhe incumbem e que por essa razão lhe conferem um papel nuclear inequívoco, compreende, para além da globalidade e da transversalidade das políticas com incidência familiar, a estabilidade e a consistência das mesmas. Nesse sentido, é fundamental conceber uma política global de família que atenda à realidade nacional e contemple as necessidades específicas das famílias portuguesas e que assim torne possível definir as bases de uma política de família, conceber programas de acção e desenvolver medidas concretas, sobretudo adequadas, de apoio e de valorização da Família.

Estas premissas são fundamentais e foram devidamente consideradas na definição e na consagração expressa destes compromissos para uma política de família a desenvolver entre 2004 e 2006. Desta forma, para além da adequação da política de família, reforça-se a sua eficácia, assegura-se a respectiva estabilidade e salvaguarda-se o seu desenvolvimento efectivo. Por essa razão, foi este documento amplamente discutido no Conselho Consultivo para os Assuntos da Família, no qual têm assento representantes de diferentes Ministérios e várias organizações não governamentais representativas das famílias.

A consagração expressa destes compromissos constitui um contributo ambicioso que visa atender às diferentes realidades familiares, designadamente nos diferentes planos em que a mesma se desenvolve, considerando a conjugalidade e a parentalidade, considerando a infância, a juventude e a velhice, considerando o trabalho e o lazer, considerando a educação e a cultura, considerando a economia e o desenvolvimento social para assim contemplar necessidades específicas, reforçar as relações entre gerações promovendo a solidariedade entre elas e desenvolver uma cultura de partilha de responsabilidades. A dignificação da instituição familiar e a criação das condições essenciais para o pleno desenvolvimento da pessoa legitimam a elaboração de um documento desta natureza e com estas características.

Não obstante a génese familiar dos compromissos ora assumidos, importa salientar que a consagração expressa dos mesmos não põe em causa, nem prejudica a continuidade no desenvolvimento e na prossecução das demais políticas com incidência familiar definidas pelo Governo.

Hoje, mais do que nunca, a sociedade é confrontada com constantes

mutações sociais e depara-se com novos desafios que se repercutem no quotidiano da sociedade e das famílias, fazendo surgir novos fenómenos sociais e modificando outros já existentes que impõem um acompanhamento permanente da evolução e do impacto das políticas familiares a fim de evitar a fragilização da estrutura familiar e que por isso foram considerados na consagração destes compromissos, os quais visam contribuir para valorizar a política de família e consolidar a instituição familiar. Neste contexto, importa salientar e conferir especial atenção à evolução demográfica em Portugal e na Europa, desenvolvendo políticas de natalidade e fomentando o envelhecimento activo.

Para além de compromissos, o presente documento estabelece ainda orientações e consagra objectivos, tendo em vista o desenvolvimento de acções e de programas, cuja prossecução implica, inexoravelmente, uma articulação e complementaridade acrescidas com outros planos e programas nacionais.

Com esta iniciativa pretende o Governo, valorizar a Família, destacar as suas funções, realçar os fins que prossegue e evidenciar as responsabilidades que lhe incumbem, distinguir as acções que desenvolve, reconhecer o seu mérito e acima de tudo dignificar a sua identidade e autonomia. Assim, o Governo continua a prosseguir a política de família que definiu no respectivo Programa, tendo aprovado um conjunto completo de legislação com incidência familiar, desde que iniciou a sua actividade. Neste momento, o Plano abrange todas as famílias, as quais são destinatárias de todos os programas, acções e medidas que nele se integrem e determina:

Responsabilidade do Estado - O Estado deve promover, fomentar e incentivar o desenvolvimento de uma política que proteja e valorize a Família e que possibilite a realização pessoal dos seus membros.

Subsidiariedade - O Estado respeita a identidade e a autonomia da Família, reconhece a primazia da sua acção, valoriza o seu papel essencial, cria e proporciona condições para o desempenho das suas funções, promove as suas iniciativas e incentiva o desenvolvimento das competências e responsabilidades que lhe pertencem e que lhe são próprias, assumindo uma intervenção subsidiária.

Informação - O Estado, bem como outras entidades públicas, cooperativas, mutualistas ou privadas devem informar as famílias acerca dos seus direitos e deveres, promovendo a consciencialização para a importância da família e para o papel que desempenha.

Participação - A Família deve participar, designadamente através das respectivas organizações representativas, no planeamento e no desenvolvimento da política de família.

Transversalidade - A Família deve ser encarada como uma realidade global que requer soluções integradas e coerentes nos diferentes sectores e planos em que a Família está presente.

Cooperação - Todas as entidades públicas, cooperativas, mutualistas e privadas devem colaborar no desenvolvimento do presente Plano e da política global de família.

Coordenação - O presente Plano deve ser desenvolvido de forma coordenada e articulada entre os diferentes Ministérios e demais entidades públicas, cooperativas, mutualistas e privadas, estabelecendo critérios e objectivos comuns e pugnando por intervenções socialmente mais eficazes.

Proximidade e adequação - Os serviços, equipamentos e demais recursos de apoio à família devem estar próximos das famílias e atender às suas necessidades.

Continuidade e estabilidade - Os programas e acções desenvolvidos no âmbito do presente Plano devem privilegiar a continuidade e a estabilidade da política de família.

Objectivos - Reconhecer e valorizar a família como unidade social base:

É essencial reconhecer a Família como elemento nuclear da sociedade, demonstrar a sua importância, destacar a sua função, enunciar as suas responsabilidades, divulgar os seus direitos e deveres, promovendo e fomentando as capacidades da Família para desenvolver as suas competências e as suas responsabilidades.

Reforçar o carácter global e integrado das políticas sectoriais com incidência familiar:

A política de família deve ser transversal e universal com incidência em diferentes sectores, cabendo ao Coordenador Nacional para os Assuntos da Família coordenar os programas, os projectos e as acções que reconheçam a importância da família na sociedade e o seu contributo para a realização das pessoas e da solidariedade entre gerações, bem como assegurar, reforçar e acompanhar o carácter global e integrado das diferentes políticas sectoriais e redistributivas com incidência familiar.

Fomentar e promover a presença da Família na sociedade, valorizando-a enquanto estrutura de coesão: a sociedade e a política de família devem promover a Família como agente integrador, educador e estabilizador, pois a estabilidade da Família é também um factor de coesão e de estabilidade social. Assim, é importante tomar consciência de que para fomentar e reforçar a coesão social é imperioso fortalecer a presença da Família no seio da sociedade.

Promover a solidariedade intergeracional e estimular a partilha de responsabilidades: a política de família deve promover a solidariedade entre gerações e entre os seus membros, bem como fomentar uma cultura de partilha de responsabilidades no desempenho das funções próprias da Família. Todas as pessoas são corresponsáveis e assim a sociedade no seu conjunto, na prossecução de uma política global de família eficaz e adequada, com especial atenção para os membros mais vulneráveis e mais desprotegidos, devendo ser proporcionados às famílias os meios e recursos necessários para que deles possam cuidar.

Proporcionar e promover condições de desenvolvimento do ciclo de vida familiar, bem como favorecer a estabilidade da família: a Família constitui uma realidade dinâmica e em permanente evolução, sendo essencial desenvolver medidas concretas e adequadas que correspondam às necessidades próprias das diferentes fases do ciclo de vida familiar, que contribuam e proporcionem melhores condições educativas, económicas, laborais, sociais e culturais que facilitem a formação da família, a sua manutenção e a sua estabilidade ao longo do tempo.

Promover a conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais: as novas realidades sociais e as novas formas de organização do trabalho, promoveram e desenvolveram novos fenómenos sociais que impõem uma profunda reflexão sobre as formas e tempos de trabalho e de lazer existentes. Assim, é imperioso salvaguardar o equilíbrio da sociedade, assegurando a partilha de responsabilidades e promovendo a conciliação das responsabilidades familiares e profissionais dos membros da família.

Apoiar as famílias com necessidades específicas: as famílias com necessidades específicas devem merecer acompanhamento, formação e programas adequados e devidamente estruturados, que privilegiem intervenções coordenadas e em articulação. A complexidade e as múltiplas dimensões que caracterizam a realidade social, impõem que tais programas e acções sejam concebidos em função das necessidades específicas das famílias e tendo em vista a promoção e a prossecução de uma política global de família junto destas.

As 100 medidas

É no cumprimento dos objectivos acima determinados que são formuladas as 100 medidas do programa, que a seguir se registam:

1 - Informar e assegurar a divulgação dos direitos e deveres da Família;

2 - Promover e divulgar a realização de estudos e de diagnósticos que identifiquem as causas e analisem as consequências das mutações verificadas no seio das famílias e as suas repercussões na relação conjugal e parental;

3 - Apoiar e facilitar o acesso dos casais a serviços de aconselhamento e orientação conjugal, alargando as atribuições dos gabinetes de mediação familiar;

4 - Criar e reforçar o elenco de meios extrajudiciais em sede de mediação familiar, disponibilizando estruturas e criando diferentes formas de apoio aos membros da família numa lógica preventiva, de proximidade e de participação, tendo em vista a preservação da unidade da Família;

5 - Apoiar e facilitar o acesso das famílias a serviços de educação e de formação parental;

6 - Incentivar a cooperação e desenvolver formas de articulação entre o Observatório para os Assuntos da Família e o Observatório da Violência Doméstica, contribuindo para um conhecimento mais

profundo e uma análise mais rigorosa desta questão e da sua incidência familiar;

7 - Reconhecer a importância do associativismo e das organizações representativas dos interesses da família, apoiando e valorizando a actividade desenvolvida em diferentes planos, tendo em vista a promoção e a defesa dos valores familiares.

8 - Prevenir o sobreendividamento das famílias, sensibilizando-as para uma economia doméstica equilibrada e um consumo consciente;

Família, Infância e Juventude

O desenvolvimento futuro da sociedade impõe que o mesmo seja concretizado no respeito pela autonomia das famílias e dos seus membros, em especial no respeito pelos direitos das crianças. Estas assumem-se como o futuro da família em que se inserem e assim da sociedade em que vivem, pelo que é imperioso prosseguir uma política de família que proporcione o crescimento e o desenvolvimento saudável e harmonioso das crianças e dos jovens. Assim, é essencial fomentar as medidas de protecção e de apoio às famílias e às crianças que se afigurem necessárias e adequadas ao desempenho das suas funções e ao cumprimento das suas responsabilidades.

9 - Valorizar e promover uma cultura de respeito pela vida e pela criança;

10 - Avaliar o actual regime de protecção da maternidade, designadamente quanto à duração, natureza dos apoios e diversificação da licença de maternidade;

11 - Instituir mecanismos de bonificação das pensões das mulheres em função do número de filhos, nos termos previstos na Lei n.º 32/2002, de 17 de Dezembro, que aprovou as bases gerais do sistema de segurança social;

12 - Promover novas formas de conciliação das responsabilidades familiares e profissionais, nomeadamente no que se refere à assistência a filhos menores, em especial até aos 3 anos de idade;

13 - Conceder prioridade às crianças, cujos pais estejam a trabalhar, no acesso a creches da segurança social;

14 - Apoiar e valorizar as Instituições Particulares de Solidariedade Social em função da qualidade comprovada do seu desempenho no âmbito do apoio à família, em especial na concessão de prioridade às crianças, cujos pais estejam a trabalhar, no acesso às respectivas creches;

15 - Estimular e desenvolver uma consciência reforçada dos Direitos da Criança, bem como dos deveres e das responsabilidades do Estado e das famílias;

16 - Informar e assegurar a divulgação dos direitos e deveres legalmente consagrados para o pleno exercício do poder paternal, nomeadamente mediante a entrega de brochuras sobre a família no acto de registo do nascimento da criança;

17 - Rever a lei de protecção de crianças e jovens por forma a assegurar e a reforçar os recursos de protecção de crianças e jovens em risco, conferindo especial atenção às medidas de apoio às famílias que privilegiem o crescimento e o desenvolvimento das crianças no seu meio familiar, bem como o desenvolvimento de programas de formação parental;

18 - Promover o cumprimento da legislação sobre a adopção, nomeadamente a regulamentação e os procedimentos, pugnando pela agilização e pela celeridade do processo de adopção;

19 - Dinamizar as estruturas e os recursos de saúde mental da infância e da adolescência, potenciando a actividade desenvolvida e contribuindo para uma maior eficácia;

20 - Reconhecer e valorizar o associativismo juvenil e a actividade desenvolvida em diferentes planos tais como a educação, a cultura, o ambiente e o desporto, estimulando a participação e o envolvimento da juventude no desenvolvimento social.

Família, Educação e Formação

A educação e a formação constituem elementos fundamentais e decisivos no desenvolvimento sustentado da família e da sociedade, ao mesmo tempo que a família constitui a primeira instância de socialização onde os pais desempenham um papel insubstituível e por isso soberano na educação dos seus filhos. É dever do Estado colaborar com as famílias na prossecução das suas responsabilidades e em especial na realização desta tarefa, criando e desenvolvendo condições para combater o abandono escolar, garantir a liberdade de ensino e uma escolaridade total, reduzir o insucesso escolar e acima de tudo evitar situações de trabalho infantil ou de inserção precoce na vida activa. Neste contexto, o crescimento e desenvolvimento equilibrado da criança impõe uma parceria educativa entre as famílias e a escola e requer uma colaboração



estreita entre os pais e os professores, ao mesmo tempo que exige o desenvolvimento de condições que fomentem a ocupação do tempo livre da criança em actividades que promovam estilos de vida saudáveis e a participação cívica e solidárias.

21 - Reconhecer e valorizar a importância da parceria educativa entre a família e a escola;

22 - Fomentar e consolidar uma cultura de participação das famílias na escola;

23 - Esclarecer os encarregados de educação sobre a medida prevista no Código do Trabalho relativa à presença dos encarregados de educação nas escolas e ao acompanhamento da situação educativa da criança;

24 - Apoiar os projectos e iniciativas de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem de serviços de apoio pedagógico a crianças, jovens e adultos, ao domicílio ou em salas de estudo;

25 - Assegurar uma verdadeira e efectiva liberdade de opção educativa e formativa;

26 - Reconhecer e valorizar as associações de pais, destacando a actividade por elas desenvolvida, designadamente no que se refere à formação parental;

27 - Diagnosticar e aprofundar o conhecimento das causas de abandono escolar e de exploração de mão-de-obra infantil, concebendo e desenvolvendo novas medidas de prevenção eficazes e adequadas;

28 - Criar condições para avaliar o desenvolvimento adequado nas escolas de uma área disciplinar que verse a educação para a sexualidade e a educação para a saúde no âmbito da formação e do desenvolvimento pessoal, respeitando a livre opção da família, promovendo uma cultura de responsabilidade e de livre adopção de comportamentos cívicos e saudáveis;

29 - Promover a redução do custo dos manuais escolares e a possibilidade da sua reutilização, estimulando a criação de “Bancos de Livros” e “Feiras de Trocas”;

30 - Apoiar e acompanhar as famílias que apresentem dificuldades ou sinais de disfunção que se reflectem no comportamento da criança na escola;

31 - Instituir o certificado “Escola amiga da família”, concedendo-o aos estabelecimentos de ensino que se destaquem na promoção da parceria família/escola.

32 - Promover, no âmbito da formação dos professores, a inclusão de temas na área da família.

Família e Envelhecimento

A evolução verificada na sociedade reflectiu-se em diferentes domínios e repercutiu-se também no plano demográfico, que se traduziu num declínio da natalidade, no aumento da esperança média de vida e no inexorável envelhecimento progressivo da população que é importante acompanhar e conferir especial atenção. Neste contexto social, é essencial reforçar a solidariedade intergeracional, combater as potenciais causas de exclusão e contrariar as tendências para o isolamento, assumindo a família uma relevância acrescida e um papel decisivo na prossecução desse objectivo. É igualmente fundamental promover o envelhecimento activo, reconhecendo a acção desenvolvida pelos mais idosos, valorizando o seu contributo e destacando o papel positivo que desempenham na família e na sociedade, ao mesmo tempo que devem ser desenvolvidas medidas favorecedoras da natalidade que promovam a Família e a sua estabilidade, as quais assumem uma relevância acrescida e um papel decisivo na prossecução destes objectivos.

33 - Combater a exclusão e a solidão dos mais idosos, incentivando e apoiando as famílias que privilegiem a manutenção dos idosos em casa;

34 - Apoiar as iniciativas e os projectos de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços de apoio a pessoas idosas, incluindo o apoio domiciliário, acompanhamento e actividades de lazer;

35 - Promover a participação na sociedade dos reformados e pensionistas, designadamente em programas de apoio à infância e à juventude;

36 - Aprovar o regime jurídico da reforma parcial e assim promover o envelhecimento activo;

37 - Fomentar uma cultura positiva da velhice, promovendo e divulgando estilos de vida activa, participativa e autónoma de acordo com o Plano Internacional de Acção sobre o Envelhecimento;

38 - Promover o estudo continuado sobre as causas e as consequências das alterações demográficas, em especial nas estruturas familiares e na sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

39 - Sensibilizar as pessoas e a sociedade para as questões demográficas, para a sua evolução e para as profundas alterações que se têm vindo a verificar em Portugal e na Europa.

Família e Trabalho

O verdadeiro reconhecimento e a efectiva valorização da família compreendem o desenvolvimento de condições para a boa organização da vida familiar e pressupõe igualmente a conciliação harmoniosa das responsabilidades pessoais, familiares e profissionais dos seus membros. No seio da família, o cabal desempenho das respectivas funções profissionais não pode constituir um fim único que se encerra em si mesmo, embora concorra para a estabilidade pessoal e familiar que importa promover e assegurar. Assim, a conciliação de responsabilidades constitui um desafio às famílias e à sociedade, sendo fundamental promover o tempo livre e disponível das famílias para assim assegurar a qualidade de vida na família e na sociedade.

40 - Incentivar uma cultura de responsabilidade social das empresas, consciencializando as entidades empregadoras e os trabalhadores da importância e do papel que desenvolvem nas comunidades onde se encontram implantadas;

41 - Divulgar as boas práticas de empresas que tenham introduzido e desenvolvido mecanismos de conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais;

42 - Apoiar as iniciativas e os projectos que visem criar novas entidades, procedam à criação líquida de postos de trabalho ou contribuam para a dinamização das economias locais no âmbito dos serviços de apoio à família;

43 - Promover a reinserção profissional dos trabalhadores após o decurso da licença de maternidade ou da licença parental e especial para assistência a filho ou adoptado e para a assistência de menor ou pessoa com deficiência ou doença crónica, apoiando e incentivando a criação de módulos específicos de actualização profissional para esses trabalhadores;

44 - Promover o esclarecimento dos trabalhadores acerca dos termos de exercício da licença de paternidade de 5 dias consagrada no Código do Trabalho;

45 - Adotar medidas de desenvolvimento de uma rede nacional de serviços e equipamentos sociais de apoio à família;

46 - Promover a formação credenciada de amas e de ajudantes familiares e assegurar a supervisão da respectiva actividade;

47 - Apoiar os projectos e iniciativas de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços referentes à guarda e apoio de crianças, incluindo “baby-sitting” e assistência a crianças e jovens com dificuldades escolares e acompanhamento de idosos;

48 - Criar o certificado “Empresa amiga da família” e atribuí-lo às entidades que se destaquem no desenvolvimento das boas práticas no âmbito do apoio à família;

49 - Estabelecer incentivos no âmbito do trabalho a tempo parcial nas empresas;

50 - Adotar medidas que permitam o trabalho a tempo parcial na Administração Pública;

51 - Apoiar campanhas sobre a importância de partilha das responsabilidades familiares e domésticas.

Família, Comunidade, Cultura e Lazer

Família e comunidade são realidades interdependentes, cuja interacção deve ser estimulada em diferentes domínios como a cultura, o ambiente, o trabalho, a habitação, os transportes, criando condições para o reforço da identidade das famílias, para a realização pessoal dos seus membros e para o desenvolvimento pleno da sociedade. O incentivo à participação das famílias nas respectivas comunidades consubstancia um contributo relevante na preservação dos valores sociais e culturais transmitidos de geração em geração e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais solidária.

52 - Incentivar a participação das famílias nas comunidades onde se encontram inseridas, designadamente através das respectivas associações representativas;

53 - Promover o voluntariado de apoio à família, proporcionando condições para a criação de Bancos de Voluntariado e de outros mecanismos que estimulem a solidariedade no seio da comunidade e promovam o bem comum;

54 - Sensibilizar as autarquias para a elaboração e divulgação dos recursos de apoio às famílias disponíveis nos respectivos municípios ou freguesias;

55 - Reforçar a fiscalização sobre as condições de segurança do transporte rodoviário de crianças;

56 - Desenvolver condições de acesso à habitação, promovendo a alteração do regime jurídico do arrendamento urbano, procurando apoiar as necessidades de habitação ao longo do ciclo familiar e em função da dimensão do agregado familiar;

57 - Sensibilizar as autarquias para as necessidades específicas das famílias na instituição das tarifas municipais, nomeadamente a introdução

da tarifa familiar da água;

58 - Promover o acesso das famílias às prestações de bens e serviços culturais, concebendo e desenvolvendo programas específicos e criando mecanismos de acesso aos seus membros, nomeadamente através da criação do bilhete família;

59 - Incentivar a elaboração de programas culturais e de lazer conjuntos, promovendo o envolvimento das escolas, das autarquias e das famílias;

60 - Consagrar o acesso gratuito das famílias aos Museus Nacionais, aos Palácios Nacionais, Monumentos e outros sítios no Dia Internacional da Família;

61 - Incentivar o acesso das Famílias à fruição da criação cultural contemporânea e das artes do espectáculo nos organismos e equipamentos tutelados directamente pelo Ministério da Cultura;

62 - Reconhecer, valorizar e apoiar as associações que promovem e desenvolvem actividades no âmbito da segurança infantil, da prevenção de acidentes domésticos e da prevenção rodoviária;

63 - Instituir o certificado de Município Amigo da Família e atribuí-lo aos municípios que se destaquem no âmbito das boas práticas de apoio à família;

64 - Promover a melhoria global das acessibilidades, tendo em especial atenção a mobilidade das pessoas com deficiência, dos mais idosos e dos equipamentos destinados a crianças

Família e Saúde

A família desempenha um papel indiscutível e absolutamente essencial na defesa e promoção do bem estar dos seus membros, assim como também constitui um elemento preponderante na atenuação das fragilidades inerentes à doença, em especial no que se refere às doenças crónicas ou incapacitantes. Por isso, para além da promoção de hábitos de prevenção e que fomentem estilos de vida saudáveis, é importante também criar e desenvolver condições que proporcionem o acompanhamento próximo das famílias junto dos seus membros e a humanização dos cuidados de saúde.

65 - Contribuir para a consciencialização das famílias para as respectivas responsabilidades na educação para a saúde, divulgando informação sobre a prevenção de acidentes domésticos, segurança rodoviária, doenças infecto-contagiosas, saúde oral, nutrição, segurança, higiene e saúde no trabalho e estilos de vida saudável;

66 - Sensibilizar as famílias para a necessidade da detecção precoce de situações de abuso ou dependência de medicação psicotrópica, tabaco, drogas e álcool;

67 - Dinamizar a saúde escolar e o acompanhamento psicológico, bem como promover a interacção entre a família, a escola e o centro de saúde como forma privilegiada de prevenção e de encaminhamento;

68 - Desenvolver a rede de cuidados de continuados, em especial no que se refere ao apoio das famílias com doentes a seu cuidado e reconhecendo a presença deste acompanhamento no plano social, psicológico e fiscal;

69 - Criar e desenvolver condições que facilitem a permanência dos pais junto dos filhos em situações de internamento hospitalar;

70 - Desenvolver mecanismos que possibilitem a continuidade dos estudos das crianças em situações de internamento hospitalar;

71 - Reconhecer e destacar nas maternidades e nos centros de saúde a importância da relação pais/bebé, possibilitando a presença do pai e promovendo a informação e o conhecimento sobre esta etapa da vida;

72 - Assegurar no âmbito das consultas de planeamento familiar a liberdade de escolha entre todos os métodos de regulação dos nascimentos, promover a reflexão sobre a maternidade e paternidade responsáveis;

73 - Promover a criação de Centros de Apoio à Vida e proporcionar as condições necessárias para que desenvolvam a respectiva actividade, em especial para que atendam, divulguem, informem e auxiliem as mulheres grávidas em dificuldade;

74 - Consagrar e desenvolver como resposta social as famílias de acolhimento de mulheres e adolescentes grávidas em dificuldade;

75 - Incentivar a formação dos médicos de família em temas na área da família.

76 - Reforçar os cuidados paliativos e o apoio às famílias que cuidam de doentes terminais;

77 - Instituir o certificado de centro de saúde “amigo da família” e atribuí-lo àqueles que se destaquem no apoio e acompanhamento das famílias

Família e Sociedade de Informação

A implantação e o crescimento exponencial da sociedade de

informação e das novas tecnologias, constitui uma oportunidade para a integração e para o desenvolvimento. O desafio da inovação compreende riscos e consubstancia um factor de exclusão social sempre que não for devidamente fomentado. Assim, é responsabilidade das famílias e propósito deste Plano, divulgar e desenvolver as virtudes da sociedade de informação e do conhecimento na valorização da família, na sua integração e no seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, promovendo a realização pessoal dos seus membros e estimulando a sua participação.

78 - Fomentar o interesse das famílias pela aprendizagem das novas tecnologias e promover a sua utilização no ambiente familiar e doméstico;

79 - Estimular o desenvolvimento, no âmbito dos órgãos de comunicação social, de programas e projectos pedagógicos que respeitem, promovam e fomentem os valores familiares;

80 - Fomentar junto dos órgãos de comunicação social uma cultura positiva da velhice, valorizando o contributo dos mais velhos e destacando o saber e a experiência adquiridos;

81 - Instituir o Prémio Comunicação e Família destinado aos trabalhos informativos que versem os temas da família;

82 - Desenvolver a perspectiva familiar nos conteúdos informativos do Portal do Cidadão;

83 - Criação e desenvolvimento do Portal da Família;

84 - Desenvolvimento de espaços televisivos que promovam a discussão e o debate subordinados ao tema da família.

85 - Prever a representatividade das famílias num órgão independente de avaliação e regulação dos meios de comunicação social;

Famílias e Segurança Social

Uma política de família global e integrada deve privilegiar a consagração de medidas socialmente eficazes e o desenvolvimento de acções adequadas, tendo em consideração a diversidade e as necessidades específicas das famílias. Actualmente existem inúmeros factores de instabilidade social que fragilizam as pessoas e vulnerabilizam as famílias, sendo imperioso conceber respostas humanistas, desenvolver acções inclusivas e fomentar uma cultura de partilha de riscos sociais que promovam a solidariedade, reforcem a justiça social e dignifiquem as condições de vida das famílias.

86 - Orientar a política social para o reconhecimento da família e da sua importância na organização social;

87 - Aprofundar a diferenciação positiva das diferentes prestações sociais para as famílias com mais filhos e com menores recursos;

88 - Estabelecer mecanismos de diferenciação positiva para as famílias que mantêm e acolhem os seus ascendentes em casa;

89 - Promover a criação de Centros de Noite para idosos, como resposta humanizada de protecção e superação do isolamento e insegurança nocturnas;

90 - Divulgar junto das famílias as respostas e os apoios sociais existentes, bem como os respectivos objectivos e as formas de concretização;

91 - Rever o regime jurídico de bonificação por deficiência, privilegiando a adequação e a eficácia sociais das prestações a atribuir;

92 - Apoiar a educação especial e desenvolver os Centros de Apoio Sócio-Educativo (C.A.S.E.);

93 - Apoiar as iniciativas e os projectos de âmbito local que desenvolvam actividades e prestem serviços de apoio a pessoas com deficiência e às respectivas famílias, incluindo o apoio domiciliário, acompanhamento e actividades de lazer;

94 - Promover e desenvolver acções de formação de âmbito local nas áreas dos cuidados preventivos de saúde, das regras básicas de nutrição e de higiene, da formação parental, dos cuidados básicos a idosos, crianças e outros dependentes, da economia doméstica;

95 - Promover a criação de comunidades de inserção com vista à inclusão social de grupos ou pessoas que se encontram em situação de marginalização social e profissional;

96 - Criar incentivos à contratação de mulheres desempregadas nos 12 meses seguintes ao termo da licença de maternidade;

97 - Divulgar e promover o mecenato familiar;

98 - Incentivar as Instituições Particulares de Solidariedade Social a desenvolverem actividades de apoio à família;

99 - Promover modalidades de apoio às famílias jovens com ascendentes em situação de dependência;

100 - Assegurar o direito ao reagrupamento familiar no âmbito do novo regime jurídico de entrada e permanência de estrangeiros no território nacional, assim como aprofundar os mecanismos de acesso à saúde e à escola das crianças filhas de imigrantes. – Fonte: Portal do Governo



O Primeiro-Ministro em Moçambique (continuação)

Na recepção à Comunidade Portuguesa Durão Barroso assegurou projectos para o desenvolvimento do País

muitas questões concretas”, e destacou o “pragmatismo” do Governo moçambicano na resolução de problemas concretos que afectam o seu povo. “O pragmatismo e a vontade em procurar resolver problemas concretos é um traço do comportamento do governo moçambicano”, disse.

Durão Barroso apontou ainda Moçambique como um país “especial” para Portugal, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), “que hoje trilha seguramente os caminhos do desenvolvimento”.

“Sinto que existe da parte das autoridades moçambicanas uma visão de médio e longo prazos, contemplando Portugal como um parceiro nessa sua redescoberta para o desenvolvimento”, destacou.

Durão Barroso afirmou que Moçambique entendeu, “e bem”, que a ligação com Portugal, mais do que através de uma língua comum, deve ser privilegiada pela utilização de “uma linguagem comum, uma maneira de estar e sentir que é partilhada em muitos aspectos, por ambos os países”.

“A minha visita vem marcar um reencontro cada vez mais íntimo entre Portugal e Moçambique, que com a paz abriu novas perspectivas para o desenvolvimento”, ressaltou o chefe do Governo português.

Referindo-se ao papel da comunidade portuguesa residente no país, Durão Barroso disse que a mesma representa o mais importante investimento de Portugal em Moçambique, recordando o seu papel no desenvolvimento de várias actividades, em particular, a económica.

Durão Barroso transmitiu ainda uma mensagem sobre a actual situação de Portugal, reiterando que 2004 será um ano de viragem e os próximos dois anos serão de consolidação da economia do país.

“Já começam a emergir os primeiros sinais positivos, Portugal estará bem melhor nos anos que vêm, depois de o país ter ultrapassado dificuldades muito sérias, com o rigor das contas e a fase do ajustamento económico”, frisou Durão Barroso.

No dia 29, os governos de Portugal e de Moçambique assinaram o novo programa de cooperação entre os dois países, um acordo que prevê para o período 2004-06, um investimento português de 42 milhões de euros nas áreas da educação, saúde, agricultura, desenvolvimento rural e na boa governação.

Na agenda do encontro, e além do pacote da cooperação, deverá estar a abordagem da questão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), sobre a qual existe já uma intenção mútua em iniciar o processo de reversão do capital da empresa para o Estado moçambicano, que actualmente detém 18 por cento, e Portugal o restante.

A forma como será realizada a transferência e as compensações pretendidas por Portugal constituem o núcleo duro das negociações, cujo início formal poderá não ser anunciado durante a visita, segundo fontes diplomáticas portuguesas e moçambicanas, contactadas pela Lusa.

Ainda de manhã, Durão Barroso fez uma intervenção no Parlamento de Moçambique e encerrou um seminário económico luso-moçambicano sobre oportunidades de investimento no país.

O primeiro-ministro visitou depois a Escola Portuguesa de Maputo, para a qual anunciou, sem concretizar, medidas de apoio e inaugurou uma exposição de escultura e pintura moçambicanas no centro de exposições do Instituto Camões, em Maputo.

À noite, Durão Barroso ofereceu um banquete em honra do Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, que abandona funções no final do ano depois de ter ocupado o cargo desde 1987 tendo sido eleito por sufrágio directo a partir de 1994.

Chissano apela à reestruturação da Hidroeléctrica de Cabora Bassa

Por seu lado, no Domingo, Joaquim Chissano tinha já realizado o protocolar banquete em honra do Primeiro-Ministro português, e no discurso que então proferiu, apelou à celeridade no processo de reestruturação da Hidroeléctrica de Cabora Bassa (HCB), “para facilitar a sua integração urgente” no desenvolvimento de Moçambique.

Chissano recordou o recente acordo tarifário alcançado entre Portugal, Moçambique e África do Sul, dizendo que as novas taxas de energia vão permitir que o empreendimento “se torne economicamente viável”.

“Esperamos que o processo de reestruturação prossiga com celeridade, para facilitar a integração urgente de Cabora Bassa nos programas de desenvolvimento de Moçambique”, disse o líder moçambicano.

Portugal e Moçambique expressaram em Fevereiro a intenção de iniciarem negociações para a alteração, a favor de Moçambique, da estrutura accionista da HCB, actualmente detida em 82 por cento pelo Estado português.

No dia seguinte, segunda-feira, este desejo mútuo de resolver a situação de uma das maiores barragens de África, deu um passo concreto, com o anúncio dos governos português e moçambicano da nomeação de representantes para encontrar uma “solução definitiva” para a questão da Hidroeléctrica de Cabora Bassa, que passa pela transferência da maioria do seu capital para o Estado moçambicano.

Falando numa conferência de imprensa após uma reunião de trabalho entre os dois governos, o Primeiro-Ministro português, José Manuel Durão Barroso, e o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, concordaram na legitimidade de Moçambique em pretender o controlo maioritário da HCB, mas também quanto à complexidade da questão.

“Temos que chegar a um acordo quanto às condições”, disse Durão Barroso, acrescentando que a nomeação dos representantes dos dois governos tem como objectivo “encontrar uma solução satisfatória e que responda aos interesses dos dois países e seja definitiva”.

O representante do governo português “para trabalhar a fundo na questão e tão cedo quanto possível apresentar resultados” é o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Francisco Esteves de Carvalho, não tendo sido ainda anunciado o nome do seu colega moçambicano.

Recordando que a transferência do capital da HCB, actualmente detido por Portugal em 82 por cento, faz parte de acordos celebrados entre os dois países em 1975, Durão Barroso disse compreender “o objectivo de Moçambique em querer o controlo maioritário” da empresa, mas ressaltou a posição portuguesa.

“Temos de acautelar, nas negociações, os interesses da parte portuguesa que também são legítimos, dado o elevado nível da dívida, acumulada ao longo dos anos”, e que ascende a cerca de 1,8 mil milhões de Euros, disse o Primeiro-Ministro.

“São negociações muito complexas até pelos aspectos técnicos envolvidos”, acrescentou Durão Barroso.



O Primeiro-Ministro em Moçambique (Continuação)

Assinado o novo programa de cooperação para 2004-2006 com investimento de 42 milhões de Euros

O presidente de Moçambique reafirmou a intenção do seu país em deter a maioria do capital da HCB, mas reconheceu que ainda não foi estabelecido o montante exacto de capital que passará para o Estado moçambicano.

“Pode ser 100 por cento, pode ser apenas uma parte, mas vamos ter sempre a maioria, não há limites fixados”, disse Joaquim Chissano, que garantiu que os valores, mesmo se na totalidade do capital, serão alcançados com justiça e nunca em detrimento dos interesses portugueses”.

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) é um dos maiores empreendimentos de Portugal no estrangeiro, tendo sido criada formalmente dois dias antes da independência de Moçambique.

O acordo de 23 de Junho de 1975, assinando entre Portugal e a FRELIMO, que criou a HCB deu início a um processo que culminou em 1979, na altura em que a barragem de Cahora Bassa entrou em pleno funcionamento.

Mas a descoberta do potencial energético da bacia do Zambeze remonta ao ano de 1905, quando Gago Coutinho, integrado numa expedição científica, fez o estudo hidrográfico dos rios Congo e Zambeze, nomeadamente dos dois pontos navegáveis do último rio, entre as áreas do Zumbo e Tete, em Moçambique.

Gago Coutinho procedeu a levantamentos cartográficos, inventariou recursos minerais e vegetais e exaltou as potencialidades energéticas da bacia do Zambeze.

Foi com base nos elementos estudados e deixados por Coutinho, que se avançou para a exploração de Cahora Bassa, em regime de concessão, do valor hidroeléctrico da bacia em que se situa o empreendimento, cuja produção alimentou e continua a alimentar maioritariamente a África do Sul e, em menor escala, Moçambique. Actualmente, energia produzida pela HCB fornece também o Zimbabué podendo, no futuro, ser igualmente exportada para o Malawi.

O empreendimento foi também uma resposta de Portugal à pressão e crítica da comunidade internacional pelo atraso sócio-económico de Moçambique, após quase 500 anos de colonização.

A actual situação do grande empreendimento hidroeléctrico

Com um capital social actualmente composto através da emissão de 10,36 milhões de acções, a um valor nominal unitário de mil escudos, distribuídas entre os estados português e moçambicano, a sociedade é detida, maioritariamente, por Portugal, com 82 por cento, e Moçambique, com os restantes 18 por cento.

A 02 de Maio de 1984, foi assinado o primeiro grande entendimento tripartido, envolvendo Portugal, Moçambique e África do Sul, com o reajustamento dos contratos de fornecimento de energia da HCB à empresa sul-africana Eskom.

A este acordo, seguiram-se outros pactos sobre as tarifas, sempre alcançados após difíceis negociações, em virtude da recusa da África do Sul em aceitar preços de compra de energia compatíveis com os custos de produção suportados pela HCB.

O último entendimento sobre as tarifas, alcançado já este ano, para produzir efeitos a partir de 2007, foi já ratificado pelos governos dos três países.

O acordo antecede o início das negociações entre Portugal e Moçambique, para o accionamento da cláusula de “reversão” da estrutura accionista da



HCB, constante de um acordo assinado entre Portugal e a FRELIMO, em 1974.

Mas não foi apenas a questão de Cahora Bassa que foi abordada na reunião de trabalho, pois foi durante esta que, no penúltimo dia da visita, foi assinado pelos governos de Portugal e de Moçambique, um acordo de cooperação para o período 2004-06, pelo qual Portugal investe 42 milhões de euros em sectores prioritários, como educação, saúde, agricultura e boa governação.

“Podemos ser e vamos ser um parceiro activo para o desenvolvimento de Moçambique”, afirmou o Primeiro-Ministro português, na conferência de imprensa.

“Tomámos decisões importantes e estabelecemos um

mecanismo inovador ao nível de chefes de governo que, com regularidade, irão encontrar-se para ver de forma concreta os passos dados na cooperação”, disse Durão Barroso.

O presidente de Moçambique acrescentou que o protocolo de cooperação não esgota as formas de entendimento entre os dois países, estendendo a colaboração mútua a áreas como a diplomacia, no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Nações Unidas, União Europeia e Comunidade dos Países da África Austral, e a novos parceiros.

“Moçambique quer um desenvolvimento que contribua também para



desenvolver os seus parceiros e não queremos uma cooperação que pareça uma ajuda unilateral”, afirmou Joaquim Chissano.

Pela primeira vez, Portugal vai apoiar directamente o Orçamento de Estado moçambicano, e com o protocolo indicativo de cooperação, foi igualmente assinado um acordo de cooperação na área do ensino superior, ciência e tecnologia.

“Para além deste protocolo e acordo formais, sublinho o ambiente e a vontade política que existe entre os dois governos”, disse o primeiro-ministro português que manifestou a sua confiança no futuro da economia de Moçambique.

No dia 29 o Primeiro-Ministro português visitou o Parlamento moçambicano e falou ante o plenário, defendendo “melhor aproximação”



O Primeiro-Ministro em Moçambique (Continuação)

A questão de Cabora-Bassa vai ser definitivamente resolvida com benefícios para ambas as partes

entre Europa e África, sobretudo com os países africanos de língua portuguesa, como Moçambique, assegurando que Portugal “tudo fará” para que esse objectivo se concretize.

“Portugal continuará a trabalhar para aproximar a Europa à África, com vista a promover um melhor intercâmbio entre os dois continentes, sobretudo no apoio à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)”, principal instrumento de desenvolvimento do continente desenhado pela União Africana, assegurou José Manuel Durão Barroso.

O chefe do governo português, manifestou a vontade de ver África “livre dos graves problemas que enfermam” o continente, sobretudo as doenças endémicas, a SIDA e a malária, considerados os maiores flagelos no mundo.

Durão Barroso defendeu ainda a uma relação “mais amistosa” entre os Portugal e Moçambique, usando a língua portuguesa como o “veículo” para resolução dos conflitos de uma “forma pacífica”.

“O espírito de familiaridade e de solidariedade existente entre os dois países contribui para que os problemas sejam resolvidos de forma pacífica”, disse Barroso, recordando que Portugal é “co-proprietário” com seis outros países do Mundo, de um idioma que está em expansão e que pode contribuir para um melhor desenvolvimento de África.

O primeiro-ministro elogiou o chefe de Estado moçambicano e presidente em exercício da União Africana, Joaquim Chissano, pelo seu empenho na busca de paz e estabilidade no continente.

Durão Barroso defendeu uma maior abertura por parte dos países europeus de modo a prevenirem conflitos armados em África, continente onde têm morrido milhões de pessoas devido à guerra.

“A Europa não deve fechar-se em si própria, deve procurar impulsionar o conceito de prevenção de conflitos” em África, defendeu Barroso, garantindo que Portugal continuará a trabalhar para que as Nações Unidas dêem prioridade ao debate sobre o conceito de prevenção de conflitos no Mundo.

Durão Barroso e Carlos Tavares num seminário económico

No segundo dia da visita oficial a Moçambique, Durão Barroso presidiu, ao princípio da tarde, ao encerramento de um seminário económico em Maputo, no qual tomou parte activa o ministro da Economia, Carlos Tavares.

Nas suas intervenções durante o trabalho, o ministro da Economia português sustentou que Portugal apoiará a criação de uma zona de comércio livre na África Austral, no âmbito de um acordo entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

No seminário, cujo tema foi “Oportunidades de negócios em Moçambique, no contexto da região austral”, Carlos Tavares referiu que o acordo de Cotonou prevê a criação, até 2008, de uma zona de comércio livre com África, o que poderá beneficiar os países do sul do continente, como Moçambique e África do Sul.

Carlos Tavares, considerou Moçambique “uma grande atracção para o investimento português”, devido à sua estabilidade política e económica. “Portugal está apostado em promover melhores investimentos em Moçambique e os mais de 50 empresários que se deslocaram ao país, no âmbito da visita do primeiro-ministro Durão Barroso, não irão perder a oportunidade que este país apresenta”, disse, acrescentando que o acordo deverá criar um melhor intercâmbio comercial entre os dois países.

O ministro da Economia acrescentou que a cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) irá impulsionar outros investimentos



em Moçambique, apontando o programa de cooperação 2004-06, hoje assinado, como o “primeiro passo” para um melhor intercâmbio entre Portugal e Moçambique.

Por sua vez, Durão Barroso, no encerramento do seminário, afirmou que as relações económicas entre Portugal e Moçambique estão a entrar numa fase marcada “por respeito mútuo e pragmatismo”.

O chefe do governo português anunciou que recebeu garantias das autoridades moçambicanas, dizendo: “Foi-me dito de forma clara e sem ambiguidades que Moçambique conta com as empresas portuguesas para o seu processo de desenvolvimento”.

Para o Primeiro-Ministro, “se Moçambique continuar a fomentar um

ambiente estável e previsível terá todas as condições para beneficiar de forma substancial do pragmatismo, do conhecimento e do interesse genuíno das empresas portuguesas”.

Durão Barroso referia-se, em concreto, à capacidade do sector financeiro português, e aos sectores da construção civil, telecomunicações, turismo e novas tecnologias, como algumas das áreas da economia portuguesa que estão



preparadas para cooperar com as autoridades económicas e empresas moçambicanas.

“A minha expectativa é que as empresas portuguesas trabalhem com total profissionalismo e respeito integral pela lei moçambicana, dando o seu melhor, trazendo as suas melhores experiências e emprestando iniciativas adaptadas à realidade moçambicana”, sublinhou a terminar.

Na Escola Portuguesa

A Escola Portuguesa de Maputo vai passar a funcionar com o estatuto de Instituto Público, anunciou hoje o primeiro-ministro português, José Manuel Durão Barroso, após a visita que efectuou ao estabelecimento.

A medida já foi aprovada em Conselho de Ministros, de 24 de Março, e, segundo Durão Barroso, “é a melhor forma de salvaguardar a autonomia” do estabelecimento que considerou uma referência para as escolas portuguesas

O Primeiro-Ministro em Moçambique (Continuação)

A Escola Portuguesa em Maputo é um exemplo e uma lição e passará a Instituto Público

no mundo.

O modelo de instituto público “permite à Escola Portuguesa ter o seu estatuto consolidado, o que lhe garante maior estabilidade”, disse o primeiro-ministro.

A escola Portuguesa de Maputo/Centro de Estudos de Língua Portuguesa foi inaugurada em 1999 e é frequentada por 1.250 alunos, do pré-primário ao secundário, a maioria, portugueses e moçambicanos, além de estudantes de 21 nacionalidades.

Referindo-se ao facto de ter sido recebido com pequenas bandeiras portuguesas, Durão Barroso apelou aos alunos portugueses para terem orgulho na sua bandeira, que disse ser “uma bandeira de paz, de democracia e de liberdade”.

Durão Barroso estava visivelmente satisfeito com a Escola e com a recepção dos jovens alunos e quando se lhes dirigiu de improviso lembrou que muitas vezes faz falta e é gratificante vir encontrar, a milhares de quilómetros de distância de Portugal - como ali, nas margens do Índico - a força, a confiança, a esperança no futuro, que são uma lição para os “velhos do Restelo” que ainda existem.

No segundo dia da visita oficial, ainda foi realizada uma deslocação ao Centro Cultural da Embaixada de Portugal em Maputo, seguida de um jantar protocolar oferecido pelo primeiro-ministro português em honra do presidente moçambicano, Joaquim Chissano.

A fase final da visita

O Primeiro-Ministro, Durão Barroso termina na terça-feira a sua visita oficial a Moçambique, durante a qual foi assinando o protocolo de cooperação para 2004-06 e dados alguns passos para o processo da transferência de capital da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

No último dia da visita, Durão Barroso recebeu Armando Guebuza, secretário-geral da FRELIMO, e candidato do partido às eleições presidenciais do final do ano, e o seu opositor, Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO e líder da oposição.

Durante algumas horas, o Primeiro-ministro visitou a cidade da Beira, a segunda maior do país, onde manteve um encontro com a comunidade portuguesa e visitou a Universidade Pedagógica e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento e Medicina Tropical.

Antes de regressar a Lisboa, e já em Maputo, Durão Barroso proferiu uma conferência sobre relações entre a União Europeia e África.

Durão Barroso na Beira, anuncia RTP-África para Sofala e Nampula

Na sua visita à segunda cidade de Moçambique, a Beira, o Primeiro-Ministro português, a algumas horas do fim desta visita de Estado, que tem sido destacada por toda a comunicação social moçambicana como das mais importantes já efectuadas por estadistas estrangeiros, manteve um contacto prolongado com a comunidade portuguesa, que não sendo muito numerosa é, no entanto, muito influente na região e merece a simpatia e estima de toda a comunidade moçambicana.

Os portugueses na Beira são cerca de 1.500 pessoas, e Durão Barroso praticamente a todos contactou, tendo inclusivamente visitado a entidades e organizações que contam com participação portuguesa.

O Primeiro-Ministro elogiou a “persistência e paciência dos empresários” portugueses em Moçambique e citando palavras da sua homóloga moçambicana, Luísa Diogo, felicitou os portugueses que permaneceram em Moçambique “com tanta persistência” e manifestou o compromisso de Portugal no desenvolvimento da Beira e do resto do país.

“O que está em causa na relação entre Portugal e Moçambique não é este ou aquele governo, este ou aquele partido, é uma amizade que vai além dos governos e das conjunturas ideológicas”, disse Durão Barroso.

No centro de língua portuguesa que o Instituto Camões mantém na Universidade Pedagógica da Beira, Durão Barroso referiu que a educação constitui uma prioridade da cooperação portuguesa.

“A moçambicanidade foi forjada na luta de libertação nacional, mas a língua portuguesa constitui o traço

comum que une o povo de Moçambique de Norte a Sul”, disse o Primeiro-Ministro, depois de ter sido feita a entrega formal de um acervo de livros em língua portuguesa para a biblioteca do centro.

Durão Barroso encerrou a sua visita à segunda maior cidade do país com uma deslocação ao Centro de Desenvolvimento e Medicina Tropical de Sofala, gerido pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical português, que disse ser uma oportunidade para serem “aproveitadas as competências em medicina tropical” de Portugal.

Dos anúncios que Durão Barroso teve ocasião de fazer, um dos que foi recebido com mais agrado foi o de que governo português está disponível para instalar transmissores em Moçambique que permitam que as emissões da RTP/África sejam vistas nas províncias de Sofala e Nampula.

O Primeiro-Ministro português acrescentou que essa intenção já foi comunicada ao governo moçambicano e que as emissões da RTP/África poderão passar a ser vistas naquelas duas províncias onde se situam as cidades da Beira (Sofala) e de Nampula, na província com o mesmo nome.

Cultura: Pedro Roseta compromete-se a não deixar cair marcos da História

Um dos membros do Governo que acompanhou Durão Barroso foi Pedro Roseta, titular da pasta da cultura, que teve contactos muito proveitosos na sua área de acção.

No dia 30, falando à Informação, o ministro da Cultura anunciou o compromisso do governo português de não deixar ruir os principais marcos histórico-culturais de Moçambique, apoiando nomeadamente a reabilitação da Ilha de Moçambique e o Museu Nacional de Arte.

Em declarações à Agência Lusa, após ter visitado algumas instituições de interesse cultural moçambicanas, Pedro Roseta afirmou que “Portugal está e irá envolver-se em alguns projectos de reabilitação da Ilha de Moçambique”, a primeira capital de Moçambique e declarada pela UNESCO património mundial.

A concessão de apoios aos diferentes museus existentes em Moçambique, com relevo para o Museu Nacional de Arte, é outra das acções apontadas pelo ministro, no âmbito do envolvimento de Portugal na dinamização dos pólos





O Primeiro-Ministro em Moçambique (Continuação)

A RTP-África vai ser vista nas províncias de Sofala e Nampula após a instalação de novos transmissores

histórico-culturais de Moçambique.

Pedro Roseta sublinhou ainda que Portugal irá também intervir na procura de soluções para a inversão do actual cenário de degradação das instalações do Arquivo Histórico de Moçambique e exiguidade de espaço da mesma instituição.

Para o ministro da Cultura, que integrou a comitiva do primeiro-ministro Durão Barroso na sua visita oficial a Moçambique, esta sua deslocação contribuirá para a definição de uma estratégia de apoio português a alguns lugares de interesse histórico-cultural de Moçambique, que têm também um “imenso significado para Portugal”.

Diálogos de Durão Barroso com os candidatos à próxima presidência



Os dois candidatos às próximas eleições para a Presidência da República de Moçambique, agora que Joaquim Chissano anunciou a sua intenção de não concorrer e retirar-se para a vida privada, são o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama e o secretário-geral da Frelimo, Armando Guebuza.

O primeiro-ministro português, depois de chegar da Beira e a poucas horas da partida, teve ocasião de os receber separadamente, e num diálogo cordial, recomendou o respeito pelos resultados do sufrágio eleitoral, pautando-se por um “espírito cívico e de tolerância”.

José Manuel Durão Barroso, que terminou na terça-feira a sua visita oficial

de três dias a Moçambique, esteve com os líderes dos dois maiores partidos de Moçambique - FRELIMO, no poder, e RENAMO, oposição - com os quais abordou a realização de eleições gerais, previstas para o final deste ano.

Neste âmbito, o chefe do governo português assegurou que Portugal irá apoiar “totalmente” Moçambique na realização das terceiras eleições gerais (presidenciais e legislativas), reconhecendo “os grandes passos” dados no processo de democratização no país.

À saída do encontro com Durão Barroso, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, voltou a tocar no assunto da lisura e justiça das eleições, no que toca a contagens de votos e influências indevidas sobre o eleitorado.

Dhlakama disse aos jornalistas que tinha manifestado tais preocupações a Durão Barroso.

Por seu turno, o secretário-geral da FRELIMO, Armando Guebuza, falando aos jornalistas após o encontro com Durão Barroso, minimizou as acusações feitas pela oposição, considerando-as “distorcidas” e garantindo que também tinha falado sobre o assunto com o Primeiro-Ministro português, a quem manifestou o seu desejo de uma “pugna eleitoral limpa” e que “ganhem os melhores para Moçambique”.

TAP fará transporte gratuito de doentes

Num encontro realizado no âmbito desta visita a Moçambique, com os responsáveis do ICOR, José Manuel Durão Barroso deu a garantia que a Transportadora Aérea Portuguesa, TAP-Air Portugal, irá transportar gratuitamente doentes cardiovasculares do Instituto de Coração de Maputo (ICOR) para Portugal, em caso de necessidade.

O Primeiro-Ministro precisou que a TAP irá colocar à disposição do ICOR lugares para o transporte de doentes cardiovasculares, cujo tratamento tenha de ser efectuado em Portugal, bem como de médicos portugueses em missão de serviço naquela unidade, a única especializada no tratamento, prevenção e investigação de doenças cardiovasculares em Moçambique.

Na sua visita ao ICOR, o primeiro-ministro português enalteceu o contributo da organização não governamental portuguesa “Cadeia da Esperança”, que ofereceu ainda hoje ao instituto um aparelho cirúrgico avaliado em 30 mil dólares.

“É um gesto de solidariedade que se reflecte na irmandade entre os dois países”, frisou Durão Barroso que se fazia acompanhar dos oito ministros que integram a comitiva que visita Moçambique e do grande futebolista Eusébio, que ofereceu bolas de futebol autografadas a crianças internadas no ICOR.

A deslocação do chefe do Governo português ao ICOR foi antecedida de uma visita ao Centro de Análise Estratégica (CAE), uma instituição de cooperação no domínio da defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 2002.

“Alargamento da UE e futuro das relações com África”

Barroso fez esse pronunciamento, quando proferia uma palestra subordinada ao tema “Alargamento da UE e o Futuro das Relações com África”, o seu O último acto público da visita do Primeiro-Ministro português, antes de regressar a Portugal na noite de terça-feira e a encerrar a sua visita de três dias a Moçambique, foi um encontro com intelectuais e responsáveis políticos, durante o qual proferiu uma palestra subordinada ao tema “Alargamento da UE e o Futuro das Relações com África”.

Durão Barroso, exortou os países africanos a olharem para o alargamento da União Europeia (UE) “como uma oportunidade e não como uma ameaça de diminuição dos apoios europeus à África”.

Durão Barroso explicou que o alargamento da UE, de 15 para 25 Estados a partir de 1 de Maio, pode significar, entre outras vantagens, o crescimento da procura de matérias-primas africanas.

O Primeiro-Ministro português sublinhou que, apesar da integração de novos membros na UE, pode haver uma solução de equilíbrio nas relações comerciais entre a Europa e África, tornando o alargamento num benefício e

O Primeiro-Ministro em Moçambique (Conclusão)

Com Dhlakama e Guebuza Durão Barroso fala das eleições para a Presidência de Moçambique



não numa desvantagem.

Para Durão Barroso, “a solidariedade entre África e Europa, mais do que um dever, é um acto de inteligência, pois, num contexto de uma maior globalização, é imperioso um diálogo intercontinental”.

O governante português afirmou também que a resposta para os problemas de África não está na constante responsabilização dos factores históricos, como a escravatura e colonialismo, apesar do seu terrível legado, nem em nacionalismos estreitos, “como defendem algumas correntes africanas”.

“Não há alternativa válida à intensificação do diálogo entre África e Europa e a uma maior focagem na necessidade de um entendimento entre as duas partes”, sublinhou o chefe do Governo português.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a integração regional, a criação de mecanismos de resolução de conflitos e as reformas económicas em curso foram apontadas por Durão Barroso, como algumas respostas aos problemas africanos.

“A luta contra o terrorismo, cujas manifestações de violência se têm feito já sentir em várias partes de África, não deverá desviar a atenção da Europa da necessidade de se empenhar com maior activismo no apoio ao vosso desenvolvimento”, defendeu o Primeiro-Ministro.

“A vontade política é um elemento essencial para a estabilidade social, visto que mesmo com uma situação de escassez económica pode atingir-se uma normalidade social. E com um forte potencial económico, viver-se um ambiente de constantes distúrbios, se faltar visão política”, afirmou a terminar.

Cooperação foi o tema mais forte da visita

Os observadores nacionais e internacionais que acompanharam a visita de Durão Barroso a Moçambique. Fazem um balanço muito favorável da mesma e acordam que os assuntos ligados à Cooperação foram o tema mais forte destes três dias.

Assim, o novo acordo de cooperação, pelo qual Portugal investirá em Moçambique 42 milhões de euros até 2006, dominou a visita do primeiro-ministro a Moçambique, durante a qual Lisboa moderou e colocou as suas condições quanto à rápida passagem do domínio total da Cabora Bassa para o governo de Maputo, transição essa que é desejada pelo Governo português, mas que deve obedecer a regras e ao respeito pelo legítimos interesses portugueses.

Acompanhado da maior comitiva desde que é Primeiro-Ministro, Durão Barroso terminou na terça-feira a visita, na qual foram salientadas as “excelentes relações” entre os dois países, o que permitiu a assinatura de um protocolo de cooperação que resulta no investimento português de 42 milhões de euros em áreas consideradas prioritárias pelo Estado moçambicano.

O clima de entendimento estendeu-se ainda à questão de Cabora Bassa, que o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, disse no primeiro dia da visita

de Durão Barroso querer ver resolvida rapidamente, no sentido da reversão da empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para o seu país.

Portugal, que detém 82 por cento do capital da HCB e regista uma dívida acumulada de cerca de 1,8 mil milhões de euros, reconheceu a legitimidade da reversão da empresa, que, aliás, consta de acordos celebrados entre Lisboa e a FRELIMO em 1975.

No entanto, na actual fase, terão que ser identificados os “pontos focais” da questão e foram nomeados representantes dos dois governos para esse trabalho, tendo como objectivo uma “solução definitiva”, sendo já conhecido o representante português, mas não sendo ainda conhecido o nome do seu colega moçambicano.

Politicamente, os dois países expressaram opiniões coincidentes sobre a necessidade do reforço de relações mútuas e da extensão de parcerias bilaterais em organizações internacionais, com destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em ano de eleições presidenciais em Moçambique, que põem termo ao mandato de 17 anos de Joaquim Chissano, Durão Barroso defendeu que “os moçambicanos têm sabido consolidar a sua democracia de forma exemplar” e associou o processo democrático português à descolonização.

“A democracia nasceu também com a descolonização”, disse Durão Barroso no Parlamento moçambicano, numa breve referência à associação do 25 de Abril com o desmantelamento do império colonial português.

Durão Barroso falava após ter prestado a tradicional homenagem aos heróis da independência moçambicana, no monumento onde estão sepultados os restos mortais do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, e também do poeta José Craveirinha, entre outros.



Acompanhado de oito ministros do seu Governo e de cerca de 60 empresários, Durão Barroso quis demonstrar o interesse estratégico que Portugal concede às relações com Moçambique, destacando-se, no plano material da visita, o protocolo de cooperação bilateral.

A presença dos empresários portugueses não resultou em nenhum anúncio público de novos investimentos, mas este facto deve-se, segundo fontes diplomáticas na capital de Moçambique, a que há já um grande envolvimento de Portugal em áreas-chave da economia moçambicana, e consequentemente trata-se de manter, consolidar e aprofundar, em primeira prioridade, o muito que já está feito, antes de avançar para novas iniciativas.

Quarto maior investidor directo em Moçambique, em 2003, Portugal tem empresas em Moçambique que lideram sectores como a banca, seguros, produção de energia, turismo, entre outros, que resultam de um forte investimento efectuado nos anos 90 do século XX.

Durão Barroso e a sua comitiva, após as despedidas protocolares em Maputo, chegaram ao aeroporto da Portela, em Lisboa às primeiras horas da manhã de hoje, quarta-feira 31 de Março. – Fonte e fotos: Lusa



Debate mensal do PM no Parlamento

A ameaça global do terrorismo e o esforço da comunidade mundial para o combate ao «mal absoluto»

No dia 25, o Primeiro-Ministro esteve na Assembleia da República, para o habitual debate mensal sobre assuntos de Estado, centrando-o, desta vez, sobre a questão mais preocupante dos últimos tempos, a segurança. Durão Barroso abriu o debate dizendo: «Senhoras e senhores Deputados: 11 de Março de 2004 ficará para a História como um dia de infâmia. Em escassos minutos, o terrorismo assassinou em Madrid mais de duas centenas de pessoas. De forma bárbara, foram atacados comboios que transportavam gente para o seu trabalho. Morreram crianças, jovens e velhos, mulheres e homens, pessoas inocentes e indefesas. Um crime ignóbil.

«Infelizmente, o que aconteceu em Espanha não é novo. Madrid reviveu os momentos de terror que antes atingiram Argel, Bali, Bagdade, Beirute, Bombaim, Casablanca, Carachi, Istambul, Jerusalém, Moscovo, Nairobi, Nova Iorque, Paris e Riade.

O terrorismo - todo o terrorismo - é um mal absoluto

«Mas a falta de novidade não faz abrandar o sentimento de revolta e de indignação. Porque o terrorismo - todo o terrorismo - é um mal absoluto. Perante o martírio de Madrid, os órgãos de soberania portugueses foram unânimes em exprimir o seu repúdio por aquele atentado terrorista e a sua solidariedade para com o povo espanhol. Nesta ocasião, quero reiterar a nossa solidariedade para com o Povo Espanhol; o nosso empenho em colaborar com o Governo de Espanha no combate ao terrorismo; a nossa total disponibilidade para lutar contra o terrorismo, seja ele qual for, venha ele de onde vier.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o terrorismo é um crime contra a humanidade, uma ameaça à nossa civilização, um ataque aos nossos valores de paz, de liberdade e de democracia.

«Lutar contra o terrorismo é lutar pela humanidade, é defender a nossa civilização, é afirmar o primado da paz e da liberdade contra a lei da selva, da violência e da destruição.

«Sérgio Vieira de Mello, um



diplomata que falava Português, um homem de paz, um alto responsável das Nações Unidas morreu às mãos do terrorismo. O terrorismo não poupa nada nem ninguém. Nem sequer as Nações Unidas ou a Cruz Vermelha Internacional. Muito menos os valores da paz e da dignidade das pessoas que as Nações Unidas representam.

«Por isso mesmo, aos Estados livres que integram as Nações Unidas só resta uma opção: não pactuar, não ceder e não desistir perante o terrorismo. Temos o direito de ser livres, não aceitamos comportarmo-nos como reféns. Resistir ao terrorismo, para além de um dever dos Estados, é um acto de libertação dirigido a todos aqueles que insistem em atacar as democracias, em ameaçar a liberdade, em afrontar os inalienáveis direitos da pessoa humana.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o terrorismo obedece a uma lógica transnacional. Combatê-lo de forma eficaz reclama um esforço da comunidade internacional. Desde logo, das Nações Unidas. Entendo que às Nações Unidas deve caber um papel central na articulação de uma estratégia global de combate ao terrorismo. Afirmei oportunamente perante a Assembleia Geral das Nações Unidas e aqui o quero reafirmar: o combate a este flagelo

deverá ser feito em nome e no respeito pela lei - isto é, pelo Direito Internacional. Razão pela qual consideramos inaceitáveis acções como aquela que vitimou esta semana o Xequé Ahmed Yassin. O conceito de estado de direito deve ter uma verdadeira ressonância global.

«Por isso, Portugal ratificou já as doze convenções sectoriais das Nações Unidas sobre o combate ao terrorismo; por isso, Portugal é um dos países que mais tem defendido a negociação de uma Convenção Global sobre o terrorismo internacional. É também nesse plano que temos actuado quer na OSCE quer na NATO.

«Devo, a este respeito, ser muito claro: considero indispensável que a NATO e a União Europeia intensifiquem a sua cooperação no combate ao terrorismo. Pouco teremos a ganhar se cada um agir de forma isolada, todos teremos muito a ganhar se soubermos agir em conjunto. Neste quadro, o vínculo transatlântico é particularmente relevante.

«A conjugação renovada de esforços entre a União Europeia e os Estados Unidos da América é essencial. De um lado e de outro lado do Atlântico, partilhámos os mesmos valores de paz, de liberdade e de democracia; comungamos das mesmas preocupações de segurança; temos em comum valores de

civilização que nos unem e aproximam.

O que nos une é mais forte do que nos pode conjuntamente afastar

«É nossa obrigação, por isso mesmo, potenciar ao máximo todos os factores de cooperação. O que estrategicamente nos une é mais importante e mais decisivo do que tudo aquilo que conjuntamente nos pode afastar. A divisão só pode, objectivamente, servir o terrorismo e contribuir para fazer o jogo dos terroristas; a aproximação e a cooperação são a resposta mais eficaz à defesa da democracia, da liberdade, da segurança e dos direitos dos nossos cidadãos.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a União Europeia deve atribuir à causa do combate ao terrorismo uma elevada prioridade. E perante o inimigo comum que é o terrorismo, só faz sentido que os Estados-membros da União Europeia afirmem e pratiquem uma efectiva solidariedade.

«É esta a principal mensagem política que levarei a Bruxelas ao Conselho Europeu que hoje mesmo começa. Não desconheço que após os atentados de 11 de Setembro a União Europeia decidiu um conjunto de medidas adequadas e importantes. Mas tenho a convicção que é preciso ir mais longe, que é necessário ser-se mais determinado e eficaz, que é absolutamente decisivo passar das palavras aos actos.

«Defenderemos, por isso, em Bruxelas, a criação do cargo de Coordenador contra o Terrorismo, com a função de coordenar e supervisionar todos os instrumentos da União no combate ao terrorismo e de dar seguimento e concretização às decisões tomadas pelo Conselho Europeu. Trata-se de dar um novo impulso para que os instrumentos já existentes - e os que venham a ser criados - sejam realmente aplicados com eficácia e executados com sucesso; o reforço dos mecanismos de cooperação operacional entre os serviços de segurança dos vários Estados-Membros, na linha da proposta apresentada pelo Comissário Português António Vitorino; a aplicação imediata, em caso de ataques terroristas, da

Debate mensal do PM no Parlamento (Conclusão)

«Lutar contra o terrorismo é lutar pela humanidade e defender a nossa civilização»

cláusula de solidariedade prevista no projecto do Tratado Constitucional da União Europeia; a criação de um mecanismo de compensação das vítimas do terrorismo, na linha do que já anteriormente sustentei na Cimeira da NATO realizada em Praga; a recomendação para que os vários Estados-Membros promovam, com a maior celeridade, a aplicação nos respectivos Países das medidas, orientações e directivas aprovadas no seio da União.

«A União Europeia não pode desperdiçar esta oportunidade. A oportunidade de ser firme e convicta, determinada e eficaz, concreta e objectiva na vontade política e nas decisões que deve tomar para um combate sem tréguas ao terrorismo.

Tal como o nazismo no século passado, o terrorismo é hoje a grande ameaça à nossa civilização

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é importante que os Portugueses saibam que não temos qualquer razão para supor que haja, neste momento, qualquer ameaça credível especialmente dirigida contra Portugal.

«Apesar disso, não cruzámos os braços. O reforço da prevenção e vigilância, particularmente em zonas estratégicas do País, foi efectuado; a coordenação entre os vários serviços de segurança e entre estes e os serviços de informações foi intensificada; a Unidade de Coordenação Anti-Terrorista, criada em Fevereiro do ano passado, está activa e reúne diariamente; a cooperação com os Serviços de Informações Internacionais funciona de modo permanente e eficaz.

«Portugal é um dos poucos Estados-membros que já transpuseram para a ordem jurídica interna todas as directivas da União Europeia dirigidas ao combate ao terrorismo. Os nossos conceitos estratégicos de Defesa e Militar, foram revistos de forma a incluir o terrorismo como ameaça.

«É certo que ninguém, nesta matéria, pode dar garantias absolutas. Mas não é menos verdade que tudo quanto é possível fazer à escala nacional está a ser feito, de forma séria, responsável e competente para garantir a segurança e a tranquilidade dos Portugueses.

«Impõe-se, por isso mesmo, normalidade, solidariedade e firmeza. A normalidade própria de

uma sociedade que naturalmente se preocupa com este flagelo mas que responsabilmente não se acomoda, não se intimida nem se deixa condicionar. A normalidade que pressupõe o reforço de uma cultura de segurança sem resvalar para uma deriva securitária.

«A solidariedade entre todos os Portugueses e entre todos os órgãos do Estado. Particularmente nesta matéria qualquer desunião significa, na prática, fazer uma concessão ao terrorismo. A unidade e a coesão nacionais são indispensáveis.

«A firmeza de princípios e de

“Não podemos ceder; não há negociação possível”

As intervenções das diferentes bancadas foram, por uma vez, quase unânimes na sua rejeição do terrorismo e apenas algumas vozes pretenderam fazer uma associação entre o terrorismo e a intervenção no Iraque, o que foi vigorosamente rejeitado pelos líderes das bancadas dos partidos que apoiam o Governo, tendo Guilherme Silva criticado tal



convicções. Todo o terrorismo é intolerável. Quem vive a matar pessoas indefesas não tem desculpa nem perdão. Só pode ter perseguição firme e punição exemplar.

«Esta guerra contra o terrorismo é uma guerra que nenhum de nós procurou, mas é uma guerra da qual nenhum de nós se vai demitir de travar. Porque é a

guerra contra a violência e a favor da paz; porque é a guerra contra a intolerância e a favor da liberdade; porque é a guerra contra o ódio e a favor dos direitos humanos; porque é a guerra contra o totalitarismo e a favor da democracia; porque é a guerra contra a morte e a favor da vida.

«Tal como o nazismo no século passado, o terrorismo é hoje a grande ameaça à nossa civilização. Mas estou seguro que a democracia, a liberdade e a paz irão mais uma vez triunfar.

associação, considerando-a “um início de cedência” aos terroristas e salientando que “não pode haver quaisquer transigências e que não se pode negociar” com o terrorismo.

PSD e CDS-PP elogiaram a posição do primeiro-ministro, Durão Barroso, que afirmou não se arrepender de nada no que respeita à intervenção no Iraque, e defenderam a importância da manutenção dos militares da GNR naquele país.

«Congratulo-me por o Estado português e Portugal não alterar a sua opção em função de actos eleitorais ou de actos terroristas, mantendo a linha de intransigente defesa da paz, da dignidade da pessoa humana, da vida e da segurança colectiva e da luta ao terrorismo”, declarou Guilherme Silva.

Lembrou, de resto, que o mais sangrento e brutal de todos os atentados, o de 11 de Setembro

contra as torres gémeas de Nova Iorque, antecedeu por muito tempo a intervenção no Médio Oriente.

o terrorismo - todo o terrorismo - é um mal absoluto, acrescentou, novamente citando a ex-comissária Emma Bonino e considerando depois que “os terroristas não têm reivindicações aceitáveis para as democracias”.

Por sua vez, o primeiro-ministro, Durão Barroso, rejeitou também a possibilidade de negociar com as organizações terroristas, argumentando que os objectivos da Al-Qaida são conhecidos, embora “muitos possam não acreditar neles, à semelhança do que aconteceu quando Hitler escreveu ‘Mein Kampf’”.

«A Al-Qaida já escreveu o que quer. Quer a destruição da nossa civilização e converter todo o Islão às regras fundamentalistas”, declarou Durão Barroso em resposta à pergunta de um deputado, defendendo que, perante esta realidade, “a resposta é que não podemos ceder e que não há negociação possível”.

o terrorismo - todo o terrorismo - é um mal absoluto e dar apoio aos países islâmicos mais moderados”, sustentou o primeiro-ministro, salientando a sua “fé e convicção profunda de que não há nenhuma mulher ou nenhum homem, que tendo a hipótese de escolher, não escolha a liberdade”.

Lateralmente ao tema do debate, o Primeiro-Ministro respondeu a outras perguntas da oposição e numa replica a um deputado o PSC anunciou que o Governo vai avançar com o pagamento de um seguro de risco às forças de segurança em caso de morte ou invalidez permanente, adiantando que o valor oscilará entre os 150 a 250 salários mínimos nacionais.

«Quero aqui anunciar que o Conselho de Ministros aprovou ontem [quarta-feira] o seguro de risco para o caso de morte ou invalidez das forças de segurança, que inclui os membros da GNR, PSP e Autoridade Marítima”, declarou.

Durão Barroso anunciou o seguro do risco como um exemplo de incentivos às forças de segurança, recordando que esta medida “há muito que é prometida”, mas “só agora vai ser concretizada”.

«Trata-se de um justo incentivo para mostrar que confiamos neles [policiais]”, acrescentou o Primeiro-Ministro, que já tinha feito referência ao assunto na entrevista que concedeu há dias à RTP. – Fontes: Lusa, Portal do Governo, fotos Lusa



Tony Blair em Lisboa

Veemente apelo à unidade e à coesão europeias face à ameaça do terrorismo

No quadro da visita de Tony Blair ao seu homólogo português, os Primeiros-Ministros do Reino Unido e de Portugal fizeram na quarta-feira da semana passada, um veemente apelo à unidade e à coesão europeia face ao terrorismo, independentemente das divergências que existiram e que ainda persistem sobre a guerra no Iraque.

Tony Blair e Durão Barroso insistiram também em que as diferenças quanto à justeza da guerra para depor Saddam Hussein não devem impedir o apoio europeu à estabilização e à reconstrução do Iraque. “Sejam quais forem as nossas posições sobre o Iraque, hoje temos de pensar em termos de alternativas. E a alternativa à presença internacional é o caos”, disse o Primeiro-Ministro português.

Blair chegou a Lisboa a meio da tarde, vindo de Madrid, onde participou nas cerimónias fúnebres das vítimas do 11 de Março, para a sua primeira visita oficial a Portugal e partiu no dia seguinte, de manhã, para Trípoli, para um encontro inédito, com o líder líbio Muammar Kadhafi.

Os dois Primeiros-Ministros voltam a encontrar-se ao fim da tarde do mesmo dia (quinta-feira), em Bruxelas, para participar no Conselho Europeu da Primavera que terá como temas centrais o combate ao terrorismo e a nova Constituição europeia. No final da sua reunião na residência oficial em São Bento, reafirmaram que a única mensagem possível da cimeira de Bruxelas é a afirmação da unidade e da solidariedade da Europa face à ameaça do terror.

Se o líder britânico veio a Lisboa para confirmar a solidez do apoio do governo



português reafirmou a sua disposição de manter o destacamento da GNR – “pequeno mas significativo” – no Iraque até à transição da soberania, prevista para 30 de Junho, e depois da transição, se essa for a vontade do novo governo de Bagdad.

Blair agradeceu o apoio da GNR às tropas britânicas no Sul do Iraque. Durão Barroso recordou a “mais velha aliança” que une os dois

Ministro português. “Seria uma vitória para os terroristas se, para além da morte e da destruição, conseguissem também provocar divergências entre nós”, disse o seu homólogo britânico.

Referindo-se ao encontro que manteve com o futuro presidente do Governo espanhol, José Luís Rodríguez Zapatero, Tony Blair reconheceu que cada governo tem de assumir as suas próprias posições e que há, entre ambos, “um desacordo bem conhecido” sobre o Iraque. O facto não impede, em seu entender, que seja possível encontrar um “terreno comum”, pois, disse, “Todos estamos de acordo em que, para além dessa divergências, a questão essencial é ajudar o povo iraquiano. Todos temos interesse num Iraque estável e próspero.”

Tony Blair sublinhou que alguns dos grandes atentados terroristas são anteriores à operação no Iraque, exemplificando com os ataques às embaixadas norte-americanas no Quênia e Tanzânia, ou os atentados ocorridos em Marrocos, Arábia Saudita, Indonésia. O próprio 11 de Setembro foi “um ataque não provocado contra os Estados Unidos”, apontou.

A questão iraquiana foi um dos temas fortes do encontro, principalmente a importância da pacificação no Iraque.

A este respeito, Durão Barroso disse que “um Iraque livre, democrático e estável seria e será a melhor resposta ao terrorismo”, repetindo que a presença portuguesa no território, através da GNR, é uma resposta ao apelo feito pelas Nações Unidas.

“Não estamos [Portugal] numa situação de guerra, mas sim em missão de paz. E se as autoridades iraquianas quiserem, nós estamos disponíveis para continuar a dar o nosso apoio”, após a transição, prevista para 30 de Junho, disse o Primeiro-Ministro de Portugal.

De igual modo, Tony Blair considerou ser do interesse da Europa e da “maioria pacífica do mundo árabe”, a estabilização do Iraque.

Tony Blair foi ainda questionado por um jornalista britânico sobre o desagrado da opinião pública em relação à presença das forças estrangeiras no Iraque, exemplificando com uma



português, as palavras de Barroso não o desapontaram.

Foi Blair quem fez a defesa mais veemente da justeza da intervenção no Iraque. Durão Barroso colocou a tónica das suas afirmações no facto da participação portuguesa na estabilização do Iraque ser uma “missão de paz” em resposta a um apelo das Nações Unidas. Mas o primeiro-ministro

países. Ambos se mostraram totalmente de acordo sobre os objectivos do Conselho Europeu que se desenrolaria em Bruxelas sob o signo da unidade face ao terrorismo.

“A mensagem principal que deve sair deste Conselho Europeu é uma mensagem de unidade na adversidade entre todos aqueles que sentem o dever de combater o terrorismo”, disse o Primeiro-

Tony Blair em Lisboa (Conclusão)

Unidade na adversidade entre todos os que sentem o dever de combater o fenómeno terrorista



manifestação que decorria junto à Assembleia da República.

Durão Barroso esclareceu o jornalista, dizendo-lhe que estava enganado, pois “A manifestação lá fora é contra mim. É uma manifestação de estudantes universitários contra as propinas e da qual eu assumo todas as responsabilidades”, disse.

Tony Blair, num aparte de bom humor, interrompeu, dizendo: “Essa é uma situação que conhecemos bem. Por isso, podem incluir-me”, acrescentou, referindo-se a recentes protestos em Londres, contra a revisão do sistema de propinas no Ensino Superior britânico.

Os riscos e as virtualidades da negociação

Confrontado com os riscos que comporta a sua visita de hoje a um líder com um passado bem conhecido em matéria de terrorismo, Tony Blair utilizou o exemplo de Kadhafi, para defender que a negociação não é uma via impossível, desde que permita abrir as portas à paz “em termos honrosos”. “É sempre um risco, mas penso que é importante correr esse risco. É um risco que nos permite demonstrar que [para além da acção militar], estamos preparados para estender a mão a países que se mostram dispostos a aceitar e a cumprir as regras da comunidade internacional, para ajudá-los a fazê-lo”.

O processo de paz da Irlanda do Norte no qual o seu governo tem estado “longa e arduamente” empenhado foi o segundo exemplo dado por Blair para defender que o recurso à intervenção militar não é a única solução para combater o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça. “Acredito em que se deve tentar negociar quando esse caminho nos pode levar à paz em termos

aceitáveis e honrosos”, disse o primeiro-ministro britânico.

Contrariamente, “... a Al Qaeda e o fanatismo religioso que gira em volta dela não têm exigências às quais possamos responder. Honrosamente ou de outra forma qualquer. Podemos derrotá-los ou viver à sombra do medo. Não há lugares seguros nem excepções”, acrescentou.

“Lembro a mensagem que, há dias, enviaram ao Mundo: «Vocês amam a vida, nós amamos a morte»”, disse, referindo-se à reivindicação dos atentados em Madrid.

A este respeito, Durão Barroso questionou-se sobre se os líderes europeus irão deixar que os

atentados terroristas provoquem mais divisões, manifestando a esperança de que tal não aconteça.

“Vamos permitir que esses atentados nos dividam num momento como este? Quero acreditar que não”, sublinhou o Primeiro-Ministro português, afirmando que “A mensagem principal é unidade na adversidade entre todos os que sentem o dever de combater o terrorismo” e disse ainda que “Seria uma grande vitória para os terroristas, se a morte e a destruição provocassem também divergências entre os líderes europeus”.

Sobre o mesmo assunto, Tony Blair recordou que todos condenam o terrorismo, e admitiu que as diferentes posições de países europeus em relação ao Iraque poderão nunca ser ultrapassadas. “Talvez estas divergências nunca se resolvam” afirmou, acrescentando que Durão Barroso “apoiou a coligação com muita coragem”, pelo que agradeceu esse apoio.

Blair lembrou também que a integração da Turquia (cuja população é maioritariamente islâmica) na União Europeia “como um país igual” e, sobretudo, o empenhamento na resolução do conflito israelo-palestiniano são meios fundamentais da mesma luta contra o terror. “Perante os acontecimentos dos últimos dias [referia-se a execução do líder do Hamas, num “raid cirúrgico da aviação israelita], é nosso dever trabalhar na Europa, com os EUA e com a ONU, para renovar o processo de paz. Nada será melhor para demonstrar a falsidade da propaganda extremista do que uma solução justa para a questão palestina.”

Tony Blair partiu de Lisboa, rumo à Líbia, pelas 7 horas de quinta-feira, tendo ainda na sua agenda um encontro de cortesia com o Presidente da República, Jorge Sampaio. – **Fontes: Lusa, “Público”.** **Fotos Lusa.**





Cimeira da Primavera em Bruxelas

Aprovada estratégia europeia contra as actividades terroristas e nomeado um «Coordenador Superior»



Reunidos em Bruxelas na cimeira da Primavera, os líderes europeus dedicaram o primeiro dia de trabalhos, às questões ligadas ao terrorismo e aprovaram uma nova estratégia contra as actividades terroristas e ainda eram um impulso no sentido de se finalizar a redacção da primeira Constituição europeia até fins de Junho próximo.

Quanto aos trabalhos do primeiro dia sobre o terrorismo, foi decidido nomear como coordenador superior para todas as actividades de combate e prevenção, o antigo secretário de Estado do Interior holandês Gis de Vries que, como sublinhou o alto representante europeu para a Política Externa, Javier Solana, “começará já a trabalhar segunda-feira”.

O “senhor terrorismo” - como já é conhecido -, de 48 anos, trabalhará na dependência directa do Alto representante da União para a Política Externa, Javier Solana.

Duas semanas depois dos atentados terroristas de Madrid, que fizeram mais de 200 mortos, os líderes europeus adoptaram uma nova estratégia de luta contra este flagelo que passa pela coordenação “forte e profunda” entre as autoridades judiciais, policiais e de informação dos Estados-membros.

Com a estratégia foi ainda antecipada a aplicação da cláusula de solidariedade, prevista no projecto de Constituição Europeia, que prevê a ajuda entre os Estados-membros em caso de ataque terrorista, mobilizando todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os militares.

O objectivo da intervenção será a prevenção da ameaça terrorista, a protecção das instituições democráticas e a assistência ao país

vítima do ataque.

Até finais de Junho os Estados-membros deverão também, de acordo com a estratégia adoptada, adoptar a legislação comunitária já em vigor em matéria de luta contra o terrorismo na sequência dos ataques de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

Os líderes europeus decidiram ainda o estabelecimento de regras para a retenção de informações sobre comunicações pelos serviços de telecomunicações e sobre as condenações de ofensas terroristas, a autorização de perseguição policial além fronteiras, um registo sobre as condenações (cadastro) e outro para os indícios forenses e a simplificação da troca de informação, nomeadamente secreta, entre as autoridades policiais e judiciais dos Estados-membros.

A prioridade na legislação deve ser dada às propostas para a troca de informação e do registo das condenações, a adoptar até Junho de 2005.

Na área da cooperação entre os Estados-membros, os líderes europeus saúdam a proposta de criação de um mecanismo de cooperação e promoção da colaboração “sistemática e efectiva” entre a polícia, serviços secretos e de segurança dos Estados-membros, esperando para a cimeira europeia de Junho a apresentação de propostas concretas para a formação de uma “capacidade de inteligência”, que não será, no entanto, uma CIA europeia.

Para o primeiro-ministro, Durão Barroso, a Europa consagrou o princípio do “um por todos, todos por um” na luta contra o terrorismo, ao aprovar uma estratégia onde o ataque a um Estado-membro significa um ataque à União Europeia.

Na cimeira de dois dias, foi ainda instituído o dia 11 de Março como o Dia Europeu das Vítimas do Terrorismo, em homenagem aos mortos e feridos dos atentados em Madrid.

O segundo dia, a economia e a estratégia de Lisboa

Na sexta-feira, os dirigentes europeus analisaram as razões do atraso na “Estratégia de Lisboa” de desenvolvimento económico da União Europeia face aos seus principais concorrentes, os Estados Unidos e o Japão.

Este segundo e último dia da Cimeira de Bruxelas, foi dominado por temas económicos, ante a insuficiência dos progressos para alcançar o “objectivo estratégico” definido em Lisboa, e mais uma vez, pelo apelo à continuação das reformas estruturais, consideradas essenciais para o desenvolvimento económico europeu.

Os chefes de Estado e de Governo incumbiram a Comissão Europeia da criação de um “grupo de alto nível” encarregue de realizar uma avaliação da “Estratégia de Lisboa”. Esta decisão foi tomada numa altura em que a União Europeia constata o seu atraso na implementação das reformas estruturais necessárias para alcançar os níveis de desenvolvimento dos Estados Unidos e do Japão, como foi definido na capital portuguesa em Março de 2000.

A “Estratégia de Lisboa” prevê que a UE se transforme, até 2010, “no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

Quinta-feira, no final do primeiro dia de cimeira, os dirigentes europeus tinham quebrado o nó em que a Constituição europeia tinha caído desde Dezembro, ao acordarem adoptar o projecto, “o mais tardar” na próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo, a 17 e 18 de Junho.

Para o efeito recomeçarão em breve os trabalhos da conferência que reúne os representantes dos governos dos 25 (Conferência Intergovernamental - CIG), no seio da qual será ultimado o acordo final sobre a Constituição, anunciou a presidência irlandesa (que detém a presidência rotativa da UE) no final do jantar de

quinta-feira.

O primeiro dia da cimeira de Bruxelas ficou também marcado pela adopção de um plano de acção europeu contra o terrorismo que prevê o reforço da cooperação a nível de informações e novas medidas de segurança e controlo.

Uma intervenção de Durão Barroso iniciou hoje, em Bruxelas, os trabalhos sobre a “Estratégia de Lisboa”, no segundo e último dia da Cimeira Europeia, foram abertos com uma intervenção do Primeiro-Ministro português, José Manuel Durão Barroso, por convite da presidência irlandesa.

Durão Barroso sublinhou já referida insuficiência dos progressos para alcançar o “objectivo estratégico” definido em Lisboa em Março de 2000, e mais uma vez apelou à continuação das reformas estruturais consideradas essenciais para o desenvolvimento económico europeu.

Segundo o projecto de conclusão da Cimeira, os chefes de Estado e de Governo irão incumbir a Comissão Europeia da criação de um “grupo de alto nível” encarregue de realizar uma avaliação da “Estratégia de Lisboa”.

A “Estratégia de Lisboa” prevê que a UE se transforme, até 2010, “no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

O presidente do Parlamento Europeu comenta a estratégia de Lisboa

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Pat Cox, criticou a lentidão dos Estados-Membros em passar à prática as directivas comunitárias que visam melhorar a competitividade da economia da União Europeia.

Em conferência de imprensa à margem da cimeira de chefes de Estado e de governo que decorre em Bruxelas, Pat Cox lembrou que “40 por cento das directivas” consagradas na chamada estratégia de Lisboa “não foram ainda transpostas pelos Estados-membros” para as suas respectivas legislações nacionais.

Este é um balanço que, na sua opinião, contrasta com o objectivo fixado em Março de 2000 em Lisboa de, até 2010, tornar a Europa no

Cimeira da Primavera em Bruxelas (Conclusão)

Análise da situação da economia e revisão da «Estratégia de Lisboa» com apelo à continuação das reformas

espaço mais competitivo do mundo. “É um resultado insensato”, exclamou, numa conferência de imprensa à margem da cimeira de chefes de Estado e de governo que hoje termina em Bruxelas. “As ambições são europeias, mas as linhas da frente são nacionais porque as decisões-chave são frequentemente tomadas a nível nacional”, defendeu o presidente do PE.

Pat Cox deu como exemplos a reforma das aposentações e dos sistemas de protecção social e a desregulamentação do mercado de trabalho.

O presidente do Parlamento manifestou o seu apoio à ideia avançada pela Alemanha, França e Reino Unido de criar a figura de “super-comissário” europeu para a competitividade.

“Será certamente necessário alguém que se encarregue desta responsabilidade política, independentemente do detalhe dos ‘dossiers’”, disse.

A prossecução da agenda de Lisboa exige uma melhor cooperação e que se “agitem um pouco” os intervenientes, declarou.

Durão Barroso fala do referendo europeu em Portugal ...

Falando no final da conferência, o Primeiro-Ministro de Portugal afirmou que a data de um eventual referendo à Constituição Europeia só será definida depois da aprovação do documento pelos líderes europeus.

“Qualquer decisão sobre a data do referendo e da possibilidade dessa consulta só poderá ser tomada depois de termos a Constituição aprovada. Não vamos referendar uma coisa à qual não chegamos a acordo e não conhecemos ainda”, disse o primeiro-ministro.

No final da cimeira europeia anterior, a 13 de Dezembro do ano passado, depois dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia terem fracassado as negociações sobre a Constituição, Durão Barroso insistiu na realização do referendo no dia das eleições para o Parlamento Europeu, previstas para 13 de Junho.

“A única altura possível para o referendo sobre a questão europeia é o dia das eleições europeias. Mantenho a data, para que haja um debate e um esclarecimento nacional sobre as questões europeias”, disse na altura Durão Barroso.

No entanto, cinco dias depois,

durante o debate mensal na Assembleia da República, o primeiro-ministro reconheceu que um referendo sobre a Europa perdera “urgência e pertinência” com o falhanço do acordo sobre a Constituição Europeia.

Agora, em Bruxelas, os líderes



europeus acordaram terminar até à cimeira de 17 e 18 de Junho, o mais tardar, as negociações sobre a Constituição Europeia, tendo Durão Barroso lamentado que o acordo não seja possível antes da data das eleições europeias.

“Infelizmente, não se chegará a acordo para essa data.

“Consideramos desejável que haja um referendo sobre a Constituição Europeia no caso de esta introduzir alterações significativas em termos de poder e qualquer decisão sobre a data só depois de esta (a Constituição) aprovada e, se possível, em concertação com as outras forças políticas”, afirmou Durão Barroso que considera “possível mas arriscado” a União Europeia chegar a acordo sobre a Constituição Europeia até Junho, como foi decidido na Cimeira.

...e da futura Constituição Europeia

“Penso que vamos chegar a acordo mas esse acordo não está absolutamente garantido”, o que é um “risco”, disse Durão Barroso no final da reunião dos chefes de Estado e de Governo da EU.

Este compromisso dos chefes de Estado e de Governo, para ultimar o o

projecto de Constituição europeia “o mais tardar” na próxima Cimeira foi anunciado pelo presidente em exercício da União, que disse: “Tenho agora um mandato para concluir durante a presidência irlandesa (...) Chegámos a acordo para o fazer o mais

da “igualdade entre os Estados-membros” fique consagrado no futuro “tratado constitucional”.

O Primeiro-Ministro português elegeu também como um dos dois temas mais importantes na Cimeira de Bruxelas a decisão sobre a nova estratégia da UE de luta anti-terrorista.

Já nas conclusões públicas no final dos debates, os líderes europeus afirmaram que já foram feitos “progressos consideráveis” para alcançar o “objectivo estratégico” definido em Lisboa em Março de 2000, mas que “o ritmo das reformas deve ser significativamente acelerado” para que sejam atingidas as metas traçadas para 2010.

Os chefes de Estado e de Governo incumbiram a Comissão Europeia da criação de um “grupo de alto nível” para realizar uma avaliação da “Estratégia de Lisboa”.

Quem será o próximo presidente da Comissão Europeia?

Nos corredores da cimeira, os líderes de alguns dos actuais e futuros Estados-membros estiveram ocupados com um quarto tema, este de carácter essencialmente político, como fez questão de informar o primeiro-ministro luxemburguês, Jean-Claude Juncker.

“Um número considerável dos meus colegas propuseram-me directamente suceder a Prodi, mas informei-os de que não estou disponível”, disse.

“Se tivesse dito ‘sim’ a este Conselho (Europeu), o assunto teria ficado resolvido”, assinou à imprensa.

Além de Juncker, outros nomes têm sido apontados como prováveis candidatos à sucessão de Prodi na chefia do executivo comunitário, entre os quais o do comissário da Justiça e Assuntos Internos, o português António Vitorino.

Durão Barroso, que é um apoiante firme de Vitorino, declarou depois que tinha falado do assunto do Tony Blair e com o Primeiro-Ministro holandês, mas declinou dar pormenores “o que não seria delicado nem político, como compreendem”.

Uma decisão sobre o próximo presidente da Comissão será tomada na cimeira de chefes de Estado e de Governo que encerra a presidência irlandesa da União, a 17 e 18 de Junho, menos de uma semana depois das eleições para o Parlamento Europeu, a 13 de Junho. - **Fonte e fotos: Lusa**



ERRATA

Por Lapso dos nossos serviços, na semana passada não foi publicada a convocatória de Salvaterra de Magos e onde se lia Santarém deve ler-se Golegã (distrital de Santarém)

SALVATERRA DE MAGOS (Distrital de Santarém)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Salvaterra, para reunir no próximo dia 23 de Abril de 2004, pelas 21h00, na sede Concelhia, sita na Rua Miguel Bombarda, nº8-1º, em Salvaterra de Magos, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia, ao Presidente da Distrital ou a quem o substitua.

As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 21h00 às 23h00.

GOLEGÃ Distrital de Santarém

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã, para reunir no próximo dia 23 de Abril, pelas 21h00, na Rua José Pedro C. Marreca, nº 22, na Golegã, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 21h00 às 23h00.

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir no dia 30 de Abril de 2004 (sexta-feira), a partir das 17h00, na sede Concelhia do PSD, sita no Largo Conde de Vila Real, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 17h00 às 22h00.

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no dia 30 de Abril de 2004 (sexta-feira), a partir das 20h30 na Escola Secundária de Alijó, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Dr. Bulas Cruz, lote 8 – Alijó, entre as 21h30 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30

VILA FLOR (Distrital de Bragança)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Flor, para reunir no próximo dia 2 de Maio de 2004, pelas 15h00, na sede concelhia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15h30 e as 18h30.

NÚCLEO DA VILA DE RIO DE MOINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes do Núcleo do Partido Social Democrata de Rio de Moinhos, para reunirem em Assembleia, no próximo dia 17 de Abril (sábado), pelas 10h00, no salão Nobre da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Visita acompanhada pelos autarcas do Município de Penafiel e da Vila de Rio de Moinhos às obras na Freguesia.

Núcleo de Fátima (Ourém)

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Fátima, Concelho de Ourém, para reunir no próximo dia 30 de Abril de 2004, pelas 20h30, na respectiva sede, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleição dos Órgãos do Núcleo de

Fátima.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral, ao Vice-Presidente da CPS de Ourém, Dr. Vítor Frazão, na sede do Núcleo de Fátima.

As urnas estarão abertas no período compreendido entre as 22h00 e as 24h00.



NÚCLEO de MOREIRA / VILA NOVA DA TELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Moreira / Vila Nova da Telha, para uma Assembleia de Núcleo, a realizar no próximo dia 28 de Março de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita à Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987 – Vermoim – Maia, com a seguinte :
Ordem de Trabalhos

1-Balanço das actividades realizadas desde o início do actual mandato;
2-Análise da situação política;
3-Outros assuntos.



ORGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/PORTO

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD do Porto, para reunir no próximo dia 30 de Abril, sexta-feira, entre as 18h00 e as 22h00, com Mesa de Voto na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital

Notas:

As listas devem ser entregues até às 22h00 do dia 23 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.

Todas as candidaturas relativas aos actos eleitorais previstos na presente Convocatória deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Serem apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome e número de militante de cada candidato;

b) Serem propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

· Nenhum militante pode aceitar mais

do que uma candidatura para o mesmo órgão.

· A Mesa da Assembleia tem 24 horas para informar o primeiro subscritor de cada lista, ou quem o substitua, de qualquer irregularidade verificada na lista de candidatos, que terá de ser sanada nas 24 horas seguintes.

· Para que uma lista se considere completa, deverá estar de acordo com o estipulado nos estatutos (artº 16º, nº 5), sendo que em nenhuma circunstância o número de suplentes poderá exceder o de efectivos.

· Nenhum candidato poderá subscrever, na qualidade de proponente, a sua própria candidatura.

ÓRGÃOS DISTRITAIS DOS TSD/AML

Nos termos e para os efeitos do artigo 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD da AML, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2004, quinta-feira, entre 19h00 e as 22h00, com mesas de voto nos locais abaixo indicados e com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia Distrital e do Secretariado Distrital.

Secção Amadora: Votam os militantes desta Secção;

Secção de Cascais: Votam os militantes desta Secção;

Secção de Mafra: Votam os militantes desta Secção;

Secção de Vila Franca: Votam os militantes desta Secção;

Secção de Algés: Votam os militantes desta Secção;

Secção de Sintra: Votam os militantes das Secções de Algueirão, Cacém, Pero Pinheiro, Queluz, Rio de Mouros e Sintra;

Secção de Odivelas: Votam os militantes da Secção de Loures, Moscavide e Odivelas;

Mesa Central na Sede Distrital PSD/AML: Votam os militantes das secções A, B, C, D, E, F, G, H, I, e Oriental e militantes de outros distritos.

As listas devem ser entregues até às 22h00 do dia 15 de Abril, na Sede Nacional dos TSD.



CONSELHO NACIONAL DOS ASD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos ASD, convoca-se o Conselho Nacional para o dia 16 de Abril, às 20h30, para reunião extraordinária a realizar no Auditório da Sede Nacional do Partido Social Democrata, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos Delegados ao XXV Congresso Nacional do PSD;

2. Outros Assuntos de interesse para o Poder Local.

Líder da JSD presente na OVIBEJA Jorge Nuno visitou o certame com a CPD/Beja

Cumprindo a tradição dos Presidentes da CPN, Jorge Nuno Sá esteve presente em mais uma edição da afamada feira alentejana. É a segunda vez que o líder da JSD percorre o espaço da Ovibeja acompanhado pelos dirigentes distritais.

Como é igualmente hábito, a CPD/JSD-Beja instalou-se de armas e bagagens no espaço da Feira, sendo a única força política oficialmente presente.

Esta é uma prova de dinamismo da estrutura liderada pelo companheiro Rui Duarte que, em conjunto com elementos da sua equipa, acompanhou a comitiva da CPN da qual faziam também parte o Vice-Presidente Ângelo Pereira e o Vogal Nuno Matias.

Grupo de Deputados da JSD tem novo Coordenador



Os Deputados da JSD na Assembleia da República designaram um novo coordenador.

A tarefa vai competir ao companheiro Pedro Alves, que assume assim funções ao nível da organização do trabalho parlamentar da JSD.

De salientar que o último Congresso Nacional da JSD marcou pela primeira vez a consagração estatutária do nosso Grupo de Deputados.

CURTAS:

- Jorge Nuno Sá debateu “Europa” em Farnalhão;
- CPD/Porto discutiu “Lei de Bases da Educação” com o Deputado Fernando Charrua;
- JSD Águeda realizou no passado dia 24 de Março de 2004, pelas 9 horas, uma Acção de Sensibilização em vários Estabelecimentos de Ensino;
- JSD/Odivelas congratula-se pela chegada do Metropolitano de Lisboa ao Concelho de Odivelas;
- JSD/Amadora indignada com a promiscuidade entre a Juventude Comunista e Associações de Estudantes;
- JSD/Paços de Ferreira promoveu debate com a comunicação social do concelho.

(estas notícias serão abordadas na próxima edição do PL e poderão ser consultadas em www.jsd.pt)

CPD/Viseu inicia o debate: “Projecto Político para a Juventude do Distrito de Viseu”



A Vila de Cinfães foi a localidade escolhida para a JSD do Distrito de Viseu debater as linhas gerais da sua actuação, promovendo uma discussão sobre variados temas da actualidade e da região.

Assim, os dirigentes viseenses lançaram as bases para o futuro documento “Projecto Político para a Juventude do Distrito de Viseu”, inspirado no ideal do PPJP, mas com uma vertente mais localizada, que terá por objecto a unidade distrital, as sinergias adjacentes a essa nova realidade que são as comunidades urbanas e a Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS).

Esta iniciativa teve como intervenientes a própria CPD, os Presidentes de Secção da JSD, o Presidente da Mesa do Conselho Distrital e os dirigentes António Leitão e Carlos Lopes (vice-Presidente da CPN).

Convidados para participar neste encontro foram de igual modo o Deputado da JSD Pedro Alves, Manuel Vasconcelos Pinheiro (Líder PSD/Cinfães) e o Presidente da JSD Jorge Nuno Sá.

Rodrigo Ribeiro em Évora I Encontro Motard motiva debate sobre prevenção rodoviária



O passado sábado marcou a realização do I Encontro Motard da JSD de Évora que juntou naquela cidade cerca de 3 dezenas de entusiastas, entre dirigentes, simpatizantes e motards interessados no evento.

Convidado especial do encontro foi o Deputado da JSD Rodrigo Ribeiro, que aproveitou a ocasião para falar de prevenção rodoviária, uma matéria à qual está bastante ligado. Este antigo dirigente da JSD de Lisboa deu a conhecer as iniciativas parlamentares da JSD e do Grupo Parlamentar do PSD sobre o tema, iniciativas que tiveram no seu empenho uma das principais causas de sucesso.

No jantar de confraternização que se seguiu, o grande promotor deste Encontro Motard, Rui Robalo, realçou o papel da JSD e de Rodrigo Ribeiro no alerta nacional para a prevenção rodoviária, sobretudo na aprovação da chamada “lei do rails”.

Este dirigente da JSD/Évora garantiu que a dificuldade de implantação do PSD por terras alentejanas nunca será um óbice à motivação dos nossos militantes e que em 2005 haverá nova concentração, “nem que chovam foices e martelos”, assegurou.

Conferência do YEPP: “Europa: Rumo à Coesão Social”

Papel da JSD elogiado por Durão Barroso

Decorreu em Lisboa mais um encontro do YEPP, Juventude do Partido Popular Europeu, com uma agenda organizada pela Comissão Política Nacional da JSD.

Do vasto programa de conferência e debates, destacamos (por ordem cronológica):

- a recepção da Direcção do YEPP na Câmara Municipal de Lisboa pelo seu Presidente, Dr. Pedro Santana Lopes, que teve a oportunidade de dar as boas vindas à delegação presente, abordando o tema da iniciativa: “Europe: Road to Social Cohesion”;

- as Conferências no Parlamento, sendo João Bosco Mota Amaral, Presidente da Assembleia da República, o anfitrião. Foram oradores o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Ciência e Ensino Superior Jorge Moreira da Silva e o Deputado e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD Miguel Frasquilho. Moreira da Silva focou o tema “The Lisbon Agenda: Science and Innovation”, tendo Miguel Frasquilho preparado a apresentação multimédia “Competitiveness in an enlarged Europe”;

- reunião da Direcção do YEPP com os Presidentes das organizações que se fizeram representar, em que os 33 dirigentes presentes deram a conhecer a actual situação política nos respectivos partidos e países;

- Visita ao mais recente Parque Empresarial de Oeiras, com condições modelo da reponsabilidade da autárquica social democrata, Lagoa Park;

- conferência conjunta dos Primeiros-Ministros de Portugal e Holanda (Peter Balkenende) onde ambos falaram da amizade que une os dois países, e da necessidade de haver uma união mais forte entre os Estados-Membro da União Europeia, especialmente agora com o alargamento.

Peter Jan Balkenende agradeceu o convite que foi feito por Durão Barroso para estar em Portugal, e referiu ser uma honra começar a sua visita ao nosso país com organizações políticas de juventude de centro-direita de toda a Europa.

O chefe do governo holandês mostrou-se um entusiasta das organizações de juventude, pelas variadas componentes que trazem à vida política dos seus países e, no caso do YEPP, à própria construção europeia.

Durão Barroso, depois de dar as boas-vindas a Portugal, falou do momento difícil que recentemente abalou o nosso país vizinho e da guerra contra o terrorismo. Abordou o tema com especial atenção, afirmando que existe de facto uma guerra desde o fatídico dia 11 de Setembro, uma guerra que é diferente das que estamos habituados a assistir, mas que será talvez a mais importante de todas.

O Presidente do Partido terminou o seu discurso a falar da JSD, tendo dito que é a maior organização de juventude do país, uma das maiores da Europa, sendo um exemplo a seguir pelos seus parceiros na Europa (nomeadamente no YEPP). Elogiou a capacidade, a motivação e o entusiasmo dos nossos dirigentes, e sublinhou a importância que a nossa organização tem tido no apoio ao PSD, ao Governo, e na construção de um país melhor.

No final da palestra com os dois governantes, teve lugar um Council Meeting do YEPP onde foram apresentadas duas Moções preparadas pela JSD relacionadas com o tema da Conferência. Os textos, “Research and Development” e “Competitiveness in an Enlarged Europe”, foram ambos aprovados por unanimidade.

Estes documentos poderão ser consultados no site da JSD.

No jantar de encerramento (Palácio de Seteais) os discursos estiveram a cargo do Presidente do YEPP (Daniel Bautista), do Presidente da JSD (Jorge Nuno Sá) e do Vereador da Câmara Municipal de Sintra (Lacerda Tavares).

Seguiu-se uma festa no Bar Cenoura do Rio, organizada pela CPD/Lisboa.

Para além do líder do PSD foram vários os dirigentes nacionais do partido presentes no decorrer ds trabalhos: Mota Amaral, Santana Lopes, Miguel Frasquilho, Nazaré Pereira, Jorge Moreira da Silva, e os Deputados da JSD Gonçalo Capitão, Daniel Rebelo, Pedro Alves, Miguel Miranda e João Moura, entre outras personalidades.

Pelo inegável sucesso do evento, cumpre realçar o desempenho dos seus anfitriões e responsáveis: Jorge Nuno Sá, Pedro Duarte, Ana Zita Gomes, Ângelo Pereira e Ricardo Lopes.



O Primeiro-Ministro da Holanda encontra-se com Durão Barroso e discutem segurança e Europa

Visitou Lisboa o Primeiro-Ministro da Holanda e Presidente do Partido Democrata-Cristão holandês, Jan Peter Balkenende, que como o PSD, integra o Partido Popular Europeu (PPE).

Jan Peter Balkenende teve várias actividades no âmbito desta visita, a que fazemos referência destacada nas páginas da JSD, pois a sua coordenação pertenceu à organização de Juventude do nosso partido, em colaboração com a YEPP, a Juventude do Partido Popular Europeu, de que é vice-Presidente Pedro Duarte, Secretário Geral Adjunto e Porta-Voz do PSD.

Merece menção especial a conferência colóquio, subordinada ao tema «A Europa : Rumo à coesão social», a que presidiu com o Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso e na qual este defendeu que o mundo está em estado de guerra contra a organização terrorista Al-Qaeda, desde o atentado de 11 de Setembro contra os Estados Unidos.

“Estamos em guerra, depois do 11 de Setembro de 2001”, afirmou Durão Barroso, acrescentando que “nem todos estão a dar o devido valor à cultura de morte afirmada pela Al-Qaeda, que quer restaurar a ordem mundial fundamentalista islâmica”.

“Isto é uma guerra. Não aquela a que estamos habituados, mas é uma guerra”, insistiu o presidente do PSD, explicando que o combate é entre “todos os homens e mulheres livres no mundo” e “um inimigo comum, que não é um país, não é uma religião, é um novo tipo de inimigo”.

Ressalvando a “relação próxima de Portugal com muitos países islâmicos” e o carácter não-belicista, tolerante e filosófico do verdadeiro islamismo, Durão Barroso referiu-se aos membros da Al-Qaeda como “pessoas inteligentes, mas loucas, irracionais”, que “usam a imagem do Islão de forma manipulativa”.

“Temos que nos mostrar determinados”, defendeu o Primeiro-Ministro, “Temos que pensar no que eles querem, no que é uma boa notícia para eles, que para nós é uma má notícia”, acrescentou Durão Barroso, dando como exemplo a eventual retirada das tropas da coligação do Iraque e rejeitando essa possibilidade.

“Apesar das diferenças de opinião, devemos manter a nossa união porque temos um inimigo comum”, salientou o presidente do PSD, referindo-se às divergências na União Europeia quanto à intervenção no Iraque.

Também Jan Peter Balkenende, que, como Durão Barroso, apoiou a intervenção no Iraque e enviou militares para aquele país, defendeu que a Europa deve estar unida no combate ao terrorismo e “trabalhar em conjunto com os Estados Unidos ao nível da segurança mundial”.

Reunião privada na residência oficial de Durão Barroso

Mais tarde, os dois estadistas reuniram-se em privado na residência oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento, tendo Durão Barroso, depois do encontro, revelado à comunicação social que tinha discutido com o seu homólogo holandês, a eventual candidatura do comissário António Vitorino à presidência da Comissão Europeia, mas defendeu prudência quanto a essa matéria.

“Falei do assunto com Tony Blair e com Balkenende”, afirmou Durão Barroso, em conferência conjunta com o Primeiro-Ministro holandês, salientando que se trata “de uma matéria muito complexa” que deve merecer “o mínimo de comentários possível”.

“Entendo que não devo divulgar o que os meus colegas me transmitem”, acrescentou Durão Barroso, sem adiantar qual é a posição de Balkenende sobre o assunto e escusando-se a confirmar a notícia hoje divulgada de que o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, apoia a candidatura do socialista António Vitorino.

De acordo com o jornal Expresso, Tony Blair confirmou o apoio a Vitorino à presidência da Comissão Europeia num jantar informal com Durão Barroso, durante a sua breve visita a Lisboa na passada quarta-feira.

“Quanto à minha posição, ela é conhecida”, lembrou o PM, que manifestou o empenho do Governo PSD/CDS-PP no apoio ao possível avanço do Comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, embora sublinhando que “a posição que Lisboa vier a adoptar deverá ter em conta as condições de sucesso da candidatura”.

“Não devemos ter posições fixas”, defendeu Durão Barroso, salientando que se está ainda “no processo consultivo, que implica contactos complexos” e que “as candidaturas a cargos importantes na União Europeia são das questões mais sensíveis”.

Também o Primeiro-Ministro e presidente do Partido Democrata-Cristão holandês recomendou “prudência quanto a este assunto” e considerou que “não se deve especular em público sobre o próximo presidente da Comissão Europeia”.

Jan Peter Balkenende afirmou ainda que “há muitos bons candidatos” ao cargo e que “as qualidades de António Vitorino são conhecidas” mas sublinhou que esta matéria, ainda mais pelo facto de a Holanda estar a presidir, na ocasião da sucessão, à União Europeia, “merece prudência”. – Fonte: Lusa



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967 - Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
 Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
 Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE